



**UFSCar - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PPGADS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**RAONI KRIEDEL**

**PESCADORES TRADICIONAIS DA VILA DA BARRA DO SUPERAGUI:  
DESAFIOS E CONFLITOS**



**Araras 2015**



**UFSCar - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PPGADS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**RAONI KRIEDEL**

**PESCADORES TRADICIONAIS DA VILA DA BARRA DO SUPERAGUI:  
DESAFIOS E CONFLITOS**

Orientador: Prof. Dr. Cláudio José Bertazzo

Dissertação apresentada no programa de pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento da Universidade Federal de São Carlos-SP, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

**Araras  
2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

K92p Kriegel, Raoni  
Pescadores tradicionais da vila da Barra do  
Superagui : desafios e conflitos / Raoni Kriegel. --  
São Carlos : UFSCar, 2015.  
80 p.

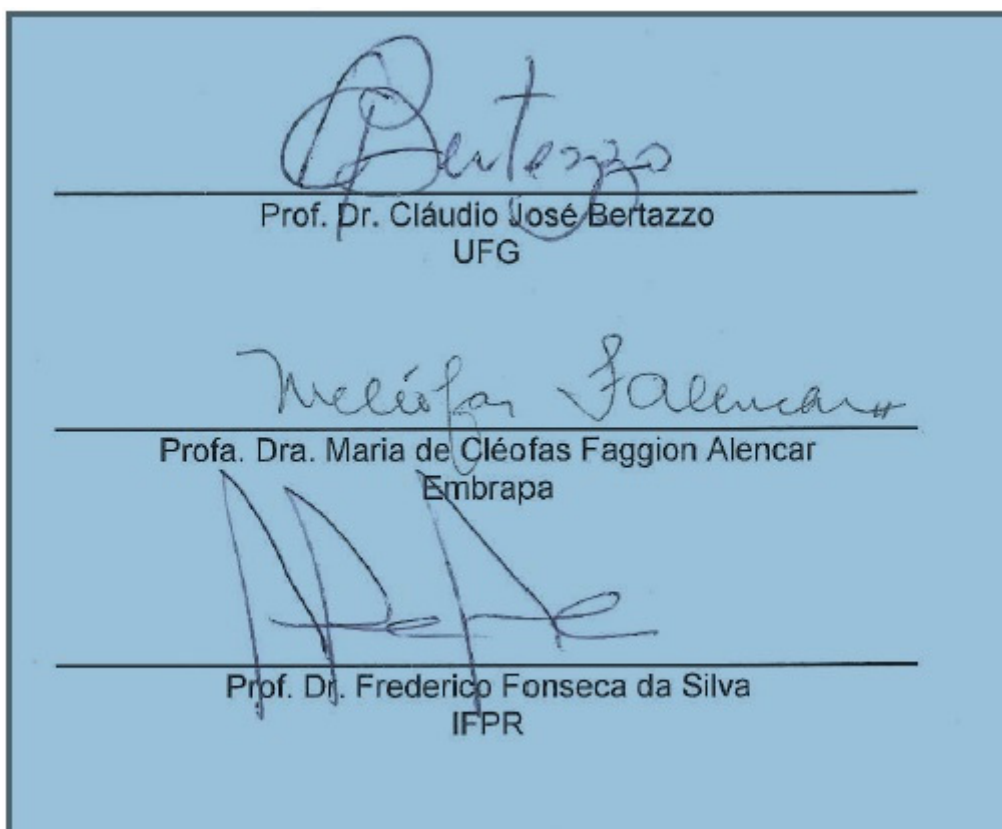
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de  
São Carlos, 2015.

1. Agroecologia. 2. Parque nacional. 3. Atores  
sociais. I. Título.

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
RAONI KRIEGL

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM 23 de junho de 2015

BANCA EXAMINADORA:



*“O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares.”*  
(SANTOS, 1994, p. 31).

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus familiares e professores que sempre acreditaram em meu potencial e que sempre demonstraram apoio nas horas difíceis. Ensinando-me que o processo de aprendizagem se resume aos ciclos de tempos que passamos nessa existência, se fortalecendo na troca de saberes e na dedicação de buscar aquilo que acreditamos.

Agradeço ao meu Orientador Professor Dr. Cláudio José Bertazzo, ao Prof. Dr. Frederico Fonseca, Professor Dr. Paulo Henrique Marques.

Agradeço ao meu irmão Aluary Kriegel Terena, que sempre me apoiou em minhas escolhas mesmo no final de sua vida, agradeço do fundo do meu coração. A minha mãe que em sua vida de idealismo e de doação me passou os valores da ética, da coletividade e do amor. Assim como toda minha família paterna Kamayurá e Trumai do Mato Grosso e todas as lideranças que sempre me apoiaram e me mostraram a importância do conhecimento e da luta pelos direitos dos povos indígenas.

Não posso deixar de citar todas as comunidades tradicionais que convivi e trabalhei, são pessoas fundamentais para meu crescimento pessoal e intelectual, contribuindo para minha formação.

**Gratidão a todos!**

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Quadro de ações do PLANAPO para comunidades tradicionais. ....	28
Quadro 2. Mosaico de Unidades de Conservação no litoral do Paraná.....	30
Quadro 3. Ambientes em que os pescadores que aprovisionam de alimentos. ....	36
Quadro 4. Tipos de pesca utilizada pelos pescadores do PARNA Superagui. ....	48

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1. Amazônia Azul.....	20
Mapa 2. Mosaico de Unidades de conservação.....	32
Mapa 3. Corredor ecológico Iguape x Paranaguá.....	32
Mapa 4. Mapa do Turismo em Guaraqueçaba.....	57



## **LISTA DE SIGLAS**

**CONAMA:** Conselho Nacional do Meio Ambiente

**DOU:** Diário Oficial da União

**IBGE:** Instituto de Pesquisa Geográficas Estatísticas

**MMA:** Ministério do Meio Ambiente

**PARNA:** Parque Nacional

**PLANAPO:** Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

**PNAPO:** Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

**SNUC:** Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**UC:** Unidade de Conservação

**RESEX:** Reserva Extrativista

**ZEE:** Zona Econômica Exclusiva

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama do sistema mundial de energia.....	18
Figura 2. Papagaio da cara roxa <i>Amazona brasiliensis</i> .....	38
Figura 3. Mico leão da cara preta <i>Leontopithecus caissara</i> .....	38
Figura 4. Conversa em Grupo.....	43
Figura 5. Alunos do curso técnico em aquicultura-IFPR. ....	42
Figura 6. Alunos dos Cursos de Pesca e Aquicultuta-IFPR.....	42
Figura 7. Alunos em saída de campo Guaratuba-Pr .....	43
Figura 8. Barco Industrial navegando dentro dos limites do PARNA. ....	46
Figura 9. Animais encontrados mortos nas praias.....	47
Figura 10. Animais encontrados mortos nas praias.....	47
Figura 11. Musgo ou Veludo .....	50
Figura 12. Morte da Vegetação .....	55
Figura 13. Morte da Vegetação do Mangue devido à falta de agua .....	55
Figura 14. Pousada na vila.....	57
Figura 15. Pousadas na vila.....	57
Figura 16. Diagrama proposto que condensa os caminhos e análises da pesquisa, 2015. ....	59

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
2 AMBIENTES COSTEIROS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	17
2.1 Problemática ambiental nas zonas costeiras e marinhas, (pensando do global para o local).....	17
2.2 Legislação Brasileira sobre conservação ambiental em Unidades de conservação.....	21
2.3 Revisão de leis e normas ambientais brasileira com foco nas Unidades de Conservação .....	24
2.4 Parque Nacional do Superagui .....	31
2.5 Histórico das práticas agrícolas .....	33
2.6 Contextualizações dos empreendimentos impactantes da zona de estudo. ....	39
3 A COMUNIDADE DE PESCADORES NO PARNA SUPERAGUI .....	41
3.1 Conhecendo os sujeitos da pesquisa nas proximidades da Unidade de Conservação.....	41
3.1.1 Fase exploratória.....	41
3.1.2 Organização e Análise dos dados.....	45
3.2 Conflitos e dificuldades na Pesca no PARNA Superagui.....	45
3.3 Problemas de saneamento básico e captação de água.....	54
3.4 Gestão participativa no PARMA Superagui .....	58
3.5 Procurando entender o fenômeno e seus processos.....	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
REFERÊNCIAS:.....	63
APÊNDICE A.....	64
ROTEIRO UTILIZADO PARA ENTREVISTAR AGRICULTORES ECOLÓGICOS. ....	64
APÊNDICE B.....	67

ENTREVISTA COM MORADORES DA COMUNIDADE DA BARRA DO SUPERAGUI – DIRIGIDA PARA O PÚBLICO MAIS JOVEM .....	67
Apêndice C.....	69
Anexo 1: .....	70

# **PESCADORES TRADICIONAIS DA VILA DA BARRA DO SUPERAGUI: DESAFIOS E CONFLITOS.**

**Autor:** Raoni Kriegel

**Orientador:** Dr. Cláudio José Bertazzo

**RESUMO:** A dissertação apresenta um diagnóstico socioambiental da comunidade de pescadores tradicionais da Barra do Superagui, inserida no Parque Nacional do Superagüi, Litoral Norte do Paraná. Buscou-se enfatizar na revisão de estudos teóricos, os impactos Ambientais causados por ações antrópicas de extração dos recursos bióticos e abióticos, ocupação desordenada nas zonas costeiras e marinhas. Na pesquisa de campo, utilizou metodologias participativas, questionários Semiestruturados qualitativos e quantitativos, assim como a observação direta e relatos informais. Os resultados obtidos nessa pesquisa evidenciam conflitos interno no grupo em estudo, decorrentes do comportamento individualista, falta de engajamento e cooperativismo. Esses fatores impedem a organização do grupo na busca de reivindicar os direitos de seu território, assim como a falta de integração entre as instituições responsáveis pelo mosaico de unidades de conservação do litoral do Paraná. Ao fim defende-se que o Plano nacional de Agroecologia e produção orgânica- PLANAPO, com suas diretrizes, metas e objetivos se encaixa perfeitamente nas configurações atuais desse território, podendo ser incorporado pelas instituições responsáveis por ser uma legislação Federal, propondo um novo modelo de desenvolvimento rural e local para os atores. Os resultados obtidos comprovam a hipótese, que existe falta de integração das instituições responsáveis, e disputas internas no grupo, onde os sujeitos não conseguem se organizar e buscar ações coletivas. A falta de engajamento e organização para reivindicação de seus direitos e de seu território foi constatado. Essas pressões internas e externas estão mais latentes, devido à diminuição dos pescados, a espera da implantação do plano de manejo e a busca de outras atividades que gerem renda como o turismo.

**Palavras-chave:** Parque Nacional; Atores Sociais; Agroecologia.

# **FISHERMEN TRADITIONAL VILLAGE SUPERAGUI BAR: CHALLENGES AND CONFLICTS.**

**Author: Raoni Kriegel**

**Advisor: Dr. José Cláudio Bertazzo**

**ABSTRACT:** This dissertation submits a socio-environmental diagnostic of fisher s traditional community from Superagui, located in Superagui National Park, northern coast so Paraná. It was highlighted through theoretical searching the environmental impacts caused by anthropic activities related to both biotic and abiotic resources extracting, disorganized occupation over coastal and marine zones. It was utilized participative methodologies, qualitative and quantitative semi-structured questionnaires as well as direct observation and informal reports on field research. The results obtained from this research reveals internal reports on field research. The results obtained from this research reveals internal conflicts around the group researched as a result of individualist behaviors, lack of engagement and cooperativism. All these factors obstruct the group organization of seeking the group researched as a result of individualist behaviors, lack of engagement and cooperatives'. All these factors obstruct group organization among the legal institutions responsible for the mosaic of conservation areas over Parana coastline. At the end of this research it is advocated that the Agroecology and organic production national project ( PLONAPO), with its directives, targets and objectives perfect fit in the current configurations of this territory which may be incorporated by the legal institution as a federal legislation, offering a new rural and local development model to the social actors. The results obtained prove the hypothesis there is a lack of integration of the legal institutions and internal group disputes where the social actors are unable to organize themselves and seek for collective actions. The lack of engagement and organization to the claiming for their territory was evidenced. These internal and external pressures are hidden due to the fishing decreasing on the expectation of the management plan implementation and the search for other activities which could generate tourism income.

**Key Words:** National Park; Social Actors, Agroecology.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo buscou responder perguntas formuladas sobre a problemática socioambiental e aos conflitos da comunidade de pescadores tradicionais da vida da Barra do Superagui, por meio de métodos participativos, em longos períodos de campo, construindo contraponto às análises das ações conservacionistas dos ecossistemas na unidade de conservação (UC) federal.

Alguns autores consideram esse assunto esgotado, no entanto a maioria dos trabalhos analisados abordou o assunto de forma superficial ou direcionada para a linha conservacionista aos moldes norte-americano<sup>1</sup>. As primeiras unidades de conservação, com fins de apreciação da beleza cênica e visitação, não levando em consideração as dinâmicas das sociedades envolvidas, onde sua organização está constantemente em transformação.

O estudo se tornou mais complexo, pois busca analisar as interações socioambientais, no mosaico de unidades de conservação<sup>2</sup>, onde as UC. acabam se sobrepondo e fazendo fronteiras com outras UC de categorias diferentes, formando um cenário de restrições para as comunidades tradicionais legislações que estão ultrapassadas com a realidade local.

O Parque Nacional do Superagui tem a Gestão do ICMBio. , Foi criado em 25 de abril de 1989, por meio do Decreto Nº 97.688 (ICMBio, 1985) e ampliado em 20 de novembro de 1997 pela Lei Nº 9.513, abrange atualmente uma área de 33.988 ha (RODERJAN e KUNIYOSHI, 1988). A Vila Barra do Superagui, que é a comunidade pesquisada, encontra-se em território adjacente ao Parque.

---

1

Inicia com a criação do *Yellowstone National Park*, em 1872, nos Estados Unidos, pois foi a primeira iniciativa de proteção integral pelo Estado. Tinha o intuito de proteção da paisagem e não do ambiente, porém, serviu como iniciativa para outros países, como o Brasil, por exemplo, que criou o primeiro Parque Nacional em 1937, no Estado do Rio de Janeiro, denominado Itatiaia (UICN, 1993).

<sup>2</sup> O PELC está inserido na região do Vale do Ribeira e do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, que é considerado um dos maiores criadouros de espécies marinhas do Atlântico Sul. Integra ainda o Mosaico de Unidades de Conservação do Lagamar, instituído pela Portaria nº 150/2006 do Ministério do Meio Ambiente, e foi reconhecido pela UNESCO como Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade. Fonte disponível Site <http://www.ambiente.sp.gov.br/> acessado em 12 de Janeiro de 2015.

Os objetivos que nortearam este trabalho, primeiramente, foram diagnosticar os conflitos socioambientais e verificar o nível de integração das instituições responsáveis por esse território, além de conferir a realidade atual da comunidade e entender como ela pode alcançar cooperação e organização do grupo para permanecer no território se readaptando as novas configurações e contextos socioambientais.

Os procedimentos metodológicos utilizados nas diferentes fases da pesquisa foram inicialmente, na fase exploratória, baseados em Quivy e Campenhoudt (1992), e posteriormente foram utilizados os métodos de pesquisa social de Minayo (2000), para coleta de dados, entrevistas e questionários semiestruturados.

No primeiro capítulo é destacado a importância dos ecossistemas costeiros e marinhos e o quanto estes veem sendo impactados nas últimas décadas por ações antrópicas. No Brasil, as configurações ecossistêmicas possuem uma grande diversidade nessa faixa costeira devido a sua extensão. Nesse território existem diversas comunidades tradicionais assim como grande parte da população urbana, sendo necessária reavaliação das normas estipuladas pelo governo.

Disserta-se sobre a legislação Ambiental no Brasil, analisando principalmente as Leis que regem as Unidades de Conservação. Por meio de uma linha cronológica, procedeu-se a construção do ordenamento jurídico-ambiental onde se busca entender a formulação dessas políticas no Brasil. Este levantamento culmina com a análise do Plano Nacional de Agroecologia e Produção orgânica. Esta é a legislação mais atual, embasando as ações e intervenções deste estudo de caso.

Considerando que a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural<sup>3</sup> analisam também as Políticas Públicas, o estudo buscou destacar a organização e gestão desse território, onde a legislação mais recente PLANAPO possui diretrizes, objetivos e metas

---

<sup>3</sup> Para Terluin (2003), o estudo teórico das forças que estão por trás do desenvolvimento nas áreas rurais carece de uma disciplina específica, por isso é necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do “desenvolvimento econômico em regiões rurais”, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc).



que devem ser observadas pelas instituições responsáveis e possivelmente incorporadas pelos atores envolvidos.

Essa nova legislação não é direcionada as UC, no entanto incluem ações direcionadas para as comunidades tradicionais, com intuito de promover estratégias para a organização e o desenvolvimento rural/local. Cabe às instituições responsáveis reconhecer e absorver essas novas possibilidades.

No segundo Capítulo faz-se a contextualização do território e do mosaico de unidades de conservação e dos atores que interagem nas UC. Faz-se um breve histórico sobre a Ilha de Superagui e suas práticas agrícolas desenvolvidas antes de se tornar Parque Nacional.

São apresentadas as ferramentas e metodologias utilizadas na pesquisa para obtenção dos dados primários do estudo. Descreve-se a forma exploratória inicial e segunda fase de aplicação dos questionários e entrevistas.

Reservou-se ao capítulo terceiro a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa. Demonstra-se como os conflitos da pesca, das instituições e os desajustes internos nos subgrupo<sup>4</sup> interferem nos processos socioeconômicos. Também se relatam neste capítulo os esforços do ICMBIO na busca da gestão participativa com as comunidades atuantes no território.

A partir dos resultados elaborou-se uma discussão com alguns autores na busca de fortalecer o entendimento do da situação socioambiental da comunidade de pescadores.

Por último, apresentamos as considerações finais dos estudos.

---

<sup>4</sup> Grupos menores ou paralelos, indiferentes da maioria, ou mesmo divergente de ideias.

## **2 AMBIENTES COSTEIROS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

### **2.1 Problemática ambiental nas zonas costeiras e marinhas, (pensando do global para o local).**

Sete décimos da superfície da Terra estão cobertos por oceanos interligados, sendo este um dos principais mecanismos de controle dos fluxos energéticos globais, agentes de dispersão e diluição de energia, conduzindo o controle térmico do Globo (DREW, 2005).

Além de serem condutores de energia, a vida existente nele é fundamental para diversos ecossistemas. Um exemplo dessa importância são as cadeias ecológicas dos fitoplanctos<sup>5</sup>, que são fundamentais para troca gasosas de oxigênio e gás carbono, liberando cerca de 75% do oxigênio na atmosfera. A maior parte da biota mundial encontra-se no mar, uma vez que, 32 dos 33 filos conhecidos possuem representantes marinhos, 15 desses filos, ocorrem exclusivamente no mar (TOWNSEND, BEGON e HARPER, 2006). No entanto, mesmo com toda essa importância, os ambientes costeiros e marinhos são os que mais sofrem impactos pelas atividades do homem, além de os esforços para sua proteção estarem defasados (GARRISON, 2010; TOWNSEND, BEGON e HARPER, 2006).

Esses ecossistemas e seus componentes bióticos são sensíveis ao acúmulo de substâncias sólidas e líquidas que são acumulativas. Estima-se que seis milhões de toneladas de hidrocarbonetos de petróleo chegam aos oceanos anualmente sendo 90% provocada pela ação do homem (DREW, 2005). Atualmente, a pesca, que é responsável por grande parcela do consumo de proteína no mundo, tem causado contaminação e exploração, através de suas atividades, além de, nas últimas décadas, estar presente uma competição visando à retirada do petróleo do mar (DREW, 2005).

---

5

Algas microscópicas.

No diagrama apresentado na Figura 1 descreve-se os fluxos de energia que interagem entre os oceanos e atmosfera no globo, retornando ao sistema em um fluxo contínuo. Os impactos antrópicos nas últimas décadas vêm causando instabilidade no sistema de forma acumulativa, causando a quebra dos ciclos, comprometendo toda uma cadeia ecológica (DREW, 2005)

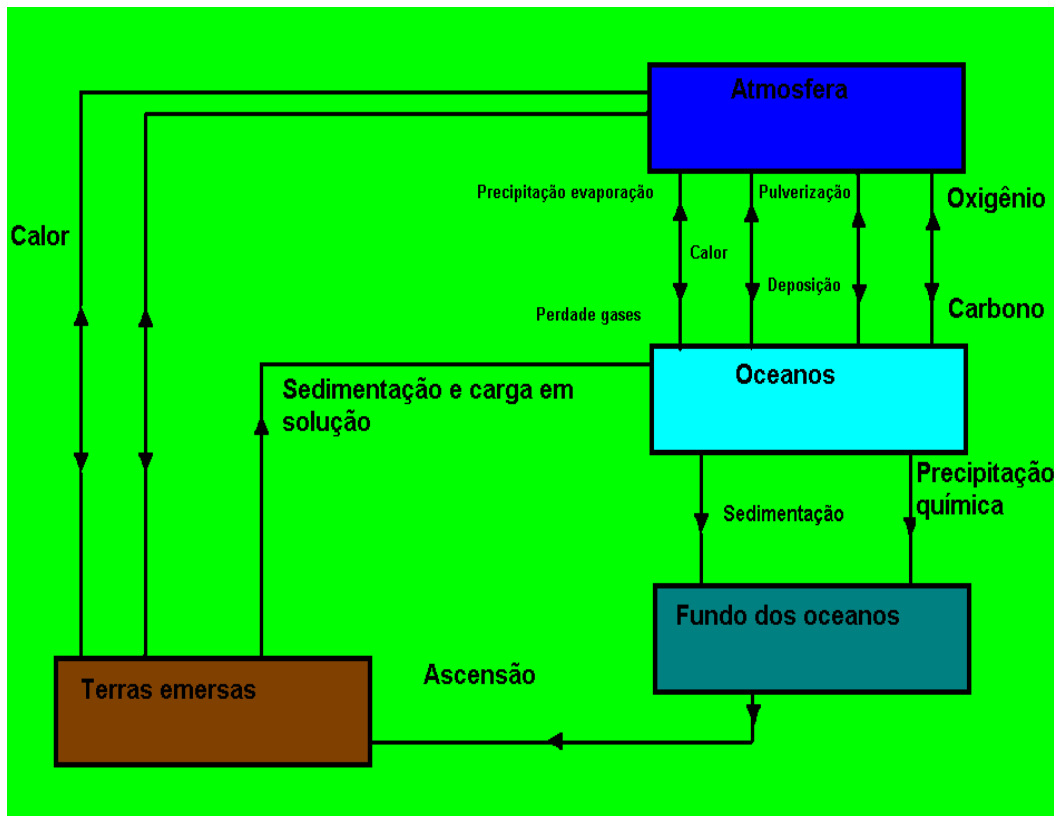


Figura 1. Diagrama do sistema mundial de energia.

Fonte: Drew (2005).

Dentro da exploração dos recursos naturais nos oceanos, em um contexto global, a pesca é uma das atividades mais antigas da sociedade humana. Existem registros de 4.700 anos A.C. em templos sumérios, listas de embarcações e peixes capturados. Também existem registros no Egito, simbolizando a pesca como presente de deuses e o temor pelos seus mistérios e perigos (DIEGUES, 2004).

No Brasil, a pesca também é uma atividade muito exercida, por ter uma extensão de faixa costeira que varia entre 7 a 9 mil km de sistemas costeiros no Atlântico, que possibilitam o desenvolvimento promissor dessa atividade.

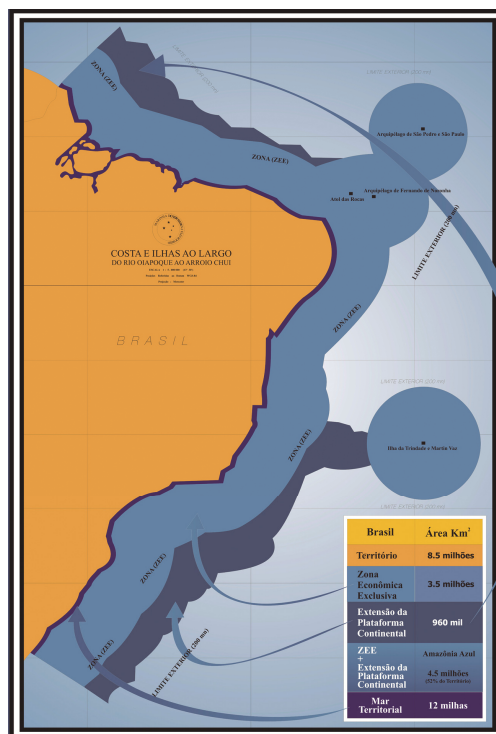
Essa grande extensão costeira do Brasil é regulamentada por um conjunto de Leis que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC<sup>6</sup>) determina, pois esse cálculo é feito considerando-se os recortes e reentrâncias naturais de toda costa (SNUC, 2000). Toda essa zona se expande para a Plataforma Continental, que considera a parte do subsolo marinho e o entorno das ilhas. Essa área corresponde a 200 milhas náuticas da costa (MMA, 2010).

Pelo reconhecimento da importância dos ecossistemas marinhos, em maio de 2007 foi aprovada pela Organização das Nações Unidas, o Pleito Brasileiro que pedia a incorporação de 712 mil Km<sup>2</sup> de extensão da plataforma continental. Um território chamando de Amazônia Azul, pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM. Essa área é equivalente a mais da metade do território nacional terrestre podendo ser visualizado na Mapa1 (MMA, 2010).

---

6

Segundo Oliveira (2007), entende-se por Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o órgão responsável pela criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação (UCs). Essa política pública de proteção à natureza no Brasil teve início decorrentes das diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As categorias de Manejo do SNUC são divididas em: Unidades de Conservação de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional e Refúgio da Vida Silvestre) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável: (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).



Mapa 1. Mapa da Amazônia Azul.  
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

Toda essa faixa costeira de um território contíguo corresponde a uma linha de norte ao sul, considerando as reentrâncias e recortes da Zona costeira. Essa Zona Costeira possui uma grande diversidade de ecossistemas contínuos, formando ambientes de alta complexidade ecológica e com extrema relevância, tais como restingas, praias, marismas, manguezais, estuários, lagoas, dunas, banhados, ilhas tendo espécies importantes como os Cetáceos, Sirênios e Quelônios, comunidades bentônicas nos costões rochosos (MMA, 2010).

Este vasto território, além de possuir importância ecossistêmica é responsável por grande produção de pescados em todo Brasil em diferentes níveis de manejo. Os contrapontos do uso dos recursos marinhos vão dos pescadores tradicionais de pequenas escalas à pesca industrial, que com grandes redes capturam o pescado.

Essas atividades econômicas são importantes para o mundo na funcionalidade dos meios de subsistência local, seja na consideração da macro economia que emprega milhões de pessoas direta e indiretamente nas atividades da pesca e da extração do recursos Marinhos (MMA, 2010).

Essas são situações que explicam o estado de arte da pesca marinha, fruto da política desenvolvimentista, atualmente os oceanos são focos de uma crise e desequilíbrio sem precedentes e em todas as latitudes e longitudes, sofrendo grandes impactos decorrentes da ação antrópica não planejada. Os impactos ambientais causados a esses biomas provêm da pesca de barcos industriais em grande escala, da extração de petróleo, o derramamento de dejetos de esgoto, do crescimento desordenado das cidades, do turismo sem planejamento, dos agrotóxicos que escoam para os rios e depois para o mar, lixo residencial/industrial, esses fatores tornaram os oceanos a lata de lixo do mundo (DREW, 2005).

Os impactos diretos e indiretos causados a esses biomas trazem prejuízos ambientais para toda cadeia ecológica. Atualmente existem espécies que estão sendo extintas, devido a excessiva captura que repercute nos baixos números de indivíduos. Assim, muitas espécies não conseguem mais se reproduzir por serem dependentes de outras subespécies, em suas cadeias ecológicas. Desta forma, sempre que uma população natural de uma espécie é explorada, existe um risco de sobre-exploração, como no caso das espécies marinhas. A captura de peixes marinhos cresceu cinco vezes entre 1950 e 1989 (TOWNSEND, BEGON e HARPER, 2006).

## **2.2 Legislação Brasileira sobre conservação ambiental em Unidades de conservação.**

Com objetivo de contextualizar em um marco jurídico-ambiental, foi selecionado das legislações que tratam a realidade atual das políticas públicas direcionada para UC e que interferem nas atividades socioeconômicas dos atores envolvidos.

Os legisladores brasileiros, por muito tempo, tiveram dificuldades de conceituar e estabelecer normas de conservação, delimitações territoriais, proposições de zoneamentos nas áreas críticas para a biodiversidade, assim como conciliar os *stakeholders* (*Atores sociais*) com ações socioeconômicas nas estabelecidas (ou por estabelecer) UC (JENTOFT, 2003). Houve uma

longa trajetória, para se definir a legislação ambiental e o zoneamento, mas como os processos socioambientais são dinâmicos as normas devem se reavaliadas e redefinidas, como Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assim como as Unidades e suas categorias.

No livro *Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil*, Rodrigues Vieira (2005), coloca que os modelos de gestão ambiental utilizados na década de 80 foram insuficientes para evitar a sobre-exploração e a queda dos pescados na costa brasileira e no mundo, iniciando uma diminuição da espécie. Nesse sentido foi necessário a união de esforços para delimitar normas de exploração marinha.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído em 18 de julho de 2000 por meio da Lei nº 9.985, que regulamenta os incisos I, II, III, VII do artigo 225 da Constituição federal de 1988. O artigo 2º dessa lei conceitua unidade de conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (inciso I). O SNUC é composto pelo conjunto das unidades de conservação criadas por ato do Poder Público em seus três níveis, cabendo sua gestão ao ICMBio, no caso das unidades federais, e as demais aos órgãos estaduais e municipais específicos.

A Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000) estabelece que todas as UC deve ter um plano de manejo (artigo 27), com um zoneamento interno das atividades a serem desenvolvidas, a ser elaborado em até cinco anos após sua criação. Alguns de seus artigos foram regulamentados pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

O SNUC estabelece um conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais, concebido para promover a integração entre as diversas UC e suas administrações, possibilitando que além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem melhorias na qualidade de vida regional e nacional. Portanto tem por objetivos contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos, recuperar ou restaurar ecossistemas degradados, entre outros. Do ano 2000 até 2010 o número de UC aumentou de aproximadamente 500 para aproximadamente 900, incluindo UC federais,

estaduais e municipais. A área aumentou de 900.000 Km<sup>2</sup> para pouco mais de 1.400.000 Km<sup>2</sup> (SNUC 2000).

Essas abordagens ocorrem antes de regerem as leis do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), que define uma Unidade de Conservação como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especiais de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (ICMBIO, 2009).

Dentro dessa legislação os meios e métodos para promover e adaptar a realidade atual dos atores depende diretamente dos próprios sujeitos, que necessitam de uma organização interna para conciliar os objetivos do conjunto, de forma que contemplem as necessidades da comunidade e os objetivos da manutenção ambiental.

Muitos dos territórios ocupados por comunidades tradicionais principalmente nas zonas costeiras sofrem pelas constantes mudanças no cenário ambiental. Em 1982, foi criada a Zona Econômica Exclusiva<sup>7</sup> pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que contribuiu para um melhor ordenamento marinho na época, porém, no decorrer de alguns anos, foi insuficiente para conter o crescimento desordenado da pesca e das atividades portuárias (MMA, 2010).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) consolida as realizações e conquistas de preservação e recuperação do meio ambiente em seu artigo 225, garante que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para futuras gerações.

Buscando embasar o contexto político ambiental, em 1992, foi publicado no DOU um anteprojeto de Lei da Consolidação das Leis Federais do Meio Ambiente, elaborada pela Secretaria Nacional do Meio Ambiente. Ficou definido nesse documento que Unidades de Conservação são:

---

<sup>7</sup> Tem um limite de 200 Milhas Náuticas, sobre o qual o estado costeiro exerce soberania, para fins de exploração ou conservação dos ambientes marinhos e costeiros.



As porções do território nacional incluindo as águas jurisdicionais com característica naturais relevantes, de domínio público ou privado legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos e limites definidos sob regime especiais de administração as quais se aplicam garantias adequadas de proteção (MMA, 2010, p. 12)

Vieira (2005), afirma que existiu uma confusão ao longo da construção dessas políticas, pois não havia definição das categorias de Unidade de Conservação. Fica evidente que nessa trajetória de construção das legislações ambientais no Brasil, acabaram deixando as instituições governamentais responsáveis, os pesquisadores, os atores sociais, confusos com as Unidades e suas categorias (VIERA, 2005). Nesse foco, destaca-se que as comunidades tradicionais envolvidas dos Parques Nacionais (PARNAs), ficam perdidas num emaranhado de legislações, normas e pressões políticas. Esse fator ganhou maiores dimensões devido aos conflitos internos nas comunidades, pois existem um conflito interno dentro dos sub grupos com os atores envolvidos, impossibilitando por muitas vezes o entendimento e a organização em prol do interesse em comum.

Nesse contexto burocrático, institucional e político fica clara a necessidade da organização das comunidades envolvidas, para esclarecimento das normas cabíveis em suas UC. bem como as instituições governamentais e educacionais, para buscar consolidar a gestão integrada participativa enfatizando a realidade local nas UC. Essas ações dependem diretamente dos atores envolvidos e seus objetivos.

### **2.3 Revisão de leis e normas ambientais brasileira com foco nas Unidades de Conservação**

A Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e regulamentada pelo Decreto 99.274/90 tendo por objetivo:

A preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições de desenvolvimento socioeconômico, aos interesses de segurança nacional e à proteção de dignidade da vida humana.

Esta Lei, em seu Artigo 9º apresenta como um de seus instrumentos o zoneamento ambiental. Ela também instituiu o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) composto por órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil.

O CONAMA tem como sua competência, elaborar, aprovar e acompanhar a implementação da Agenda Nacional do Meio Ambiente, a ser proposta aos órgãos e às entidades do SISNAMA; sob a forma de recomendação; e, deliberar sob a forma de resoluções, proposições, recomendações e moções, visando o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente. Nesse sentido a legislação vigente deve ser aplicada e incorporada, pelas comunidades que fazem parte do território, de forma que os atores contribuam para a conservação do ambiente.

Na sequência foi criada a Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988: Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, regulamentada pelo Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, além de outras providências. Esse Plano Nacional prevê estudos de impactos, e diagnósticos das comunidades que fazem parte dos ecossistemas, visando conciliar o interesse da conservação e da permanência dessas comunidades nas Unidades.

Já a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000: veio disciplinar a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional além de outras providências. O Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, especifica as sanções aplicáveis às infrações às regras. Essa legislação deveria ser aplicada e fiscalizada, no entanto que se observa e identificado na pesquisa é a falta de fiscalização e aplicação da legislação nos territórios e seus entornos.

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Ela regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras

providências. Essa legislação promove o desenvolvimento de práticas locais, que promovam as práticas tradicionais e o manejo dos territórios protegidos ambientalmente.

No ano de 2012, o Instituto Federal do Paraná - IFPR iniciou a capacitação das comunidades conforme as políticas públicas criadas pela Lei nº11.959 de 2009, introduzindo a Aquicultura e suas possibilidades. Iniciou com cursos Técnicos de aquicultura pelo Instituto Federal do Paraná, buscando abrir novas possibilidades de manejo nos ecossistemas do PARNA, devido às condições Bióticas e abióticas do território.

O Decreto Estadual nº 1.228, de 27 de março de 1992, instituiu a Área de Proteção Ambiental Estadual, denominada Guaraqueçaba, que abrange as comunidades do entorno imediato do Parque Nacional do Superagui. Esse decreto trouxe diversas restrições para as comunidades de pescadores, reformulando as configurações das organizações cultural e ambiental do PARNA.

No entanto, o decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007: que a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, trouxe possibilidades alternativas para as comunidades tradicionais. Entretanto, a aplicação dessas políticas depende das instituições responsáveis reconhecerem o contexto regional, para buscarem a melhor aplicabilidade na configuração regional, buscando integrar as ações entre as instituições municipais, estaduais e federais, em prol dos objetivos em consenso.

Na busca de políticas afirmativas que contemplem as diferenças dos territórios e sua configuração cultural, em 20 de agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO a partir do Decreto presidencial nº 7.794, 2013 o Brasil se tornou o primeiro país a criar uma política específica para o fomento da Agroecologia (PNAPO). Essa política pública se encaixa na realidade da comunidade tradicional, onde suas diretrizes devem ser aplicadas e conduzidas conforme as características regionais e demandas dos Atores.

Expondo o caso em estudo, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO busca reformular os limites dos territórios,

seus atores e suas práticas, visando um novo entendimento da permanência dessas comunidades nos territórios. Essa nova visão que inclui os atores aos ecossistemas, proporciona um novo entendimento dos manejos dos agroecossistemas e suas dinâmicas socioambientais.

O PLANAPO possui diretrizes, objetivos e metas a serem aplicados ou alcançados em um determinado tempo. Como existem no PLANAPO diversos eixos direcionados para populações tradicionais, entende-se que deve ser incorporada e aplicada pelas instituições responsáveis. No Quadro 1 buscou-se reunir de forma resumida as políticas direcionadas aos povos tradicionais e seus manejos no território. O Quadro foi dividido os temas sobre os eixos do programa como Produção, conhecimento, uso e conservação dos recursos naturais. Dentro de cada eixo, seguem na linha os objetivos e as estratégias que mostra as ações institucionais para promoções e alcance das diretrizes, objetivos e metas do PLANAPO.

Quadro 1. Quadro de ações do PLANAPO para comunidades tradicionais.

Eixos	Objetivo	Estratégias
<b>1. Produção</b>	<p>1- Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos priorizando comunidades tradicionais.</p> <p>2- Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção, fortalecendo sua autonomia econômica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Servir de base para ampliação de políticas pública para o público prioritário.</li> <li>-Acesso a financiamentos em especial para mulheres e jovens rurais.</li> <li>-viabilizar redes de assistência técnica e extensão rural.</li> <li>-Criação de força tarefa entre os ministérios, instituições e agências.</li> <li>-Viabilizar a segurança hídrica para consumo e produção, garantindo uso e a produção da água, fortalecendo as iniciativas locais e da sociedade civil.</li> <li>-adequar os mecanismos de apoio e o fortalecimento das organizações econômicas das populações tradicionais.</li> <li>-Viabilizar seguro de renda.</li> <li>-Orientar a elaboração de novos projetos de infraestrutura e serviços do território. A partir dos princípios da Agroecologia.</li> </ul>
<b>2. Uso e conservação dos recursos naturais</b>	<p>3- Promover, Ampliar e consolidar os processos de acesso, uso sustentável, manejo, gestão recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar e buscar soluções que preservem o território, com áreas de conservação e uso da agrobiodiversidade.</li> <li>-Capacitar equipes técnicas e órgãos fiscalizadores.</li> <li>-Divulgar tecnologias de uso e manejo das áreas de preservação permanente e reserva legal.</li> <li>-Promover a segurança alimentar e nutricional por meio do fortalecimento da sociobiodiversidade, prioritariamente com povos e comunidades tradicionais.</li> <li>- Reconhecer e valorizar as práticas tradicionais e os saberes associados ao uso e manejo de plantas medicinais e aromáticas realizado pelas mulheres.</li> <li>-Garantir e fortalecer a participação da juventude rural nos processos de gestão e conservação dos recursos naturais.</li> <li>- Promover processo em educação ambiental com enfoque agroecológico, voltados para agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.</li> </ul>

<p><b>3. Conhecimento</b></p>	<p>4- Ampliar a capacidade de geração e sociabilização do conhecimento em sistemas de produção agroecológica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento local e da internalização da Agroecologia nas instituições e ambientes de ensino de pesquisa e extensão.</p> <p>5- Estimular a autonomia visando a emancipação da juventude Rural com os princípios agroecológicos e produção, por meio de sua permanência e sucessão em seu território.</p>	<p>- Disponibilizar ATER com enfoque agroecológico e sistemas sustentáveis de produção com ações continuadas para os povos e comunidades tradicionais, visando ampliar os processos de construção, valorizando as mulheres e os jovens com enfoque territorial.</p> <p>- Incentivar a pesquisa e extensão agroecológica nas instituições de ensino, buscando a orientação reflexiva e práticas sustentável.</p> <p>- Incentivar a criação de redes agroecológicas, em instituições, associações, cooperativas, buscando formas de gestão e diálogos horizontais entre as instituições, populações tradicionais, instituições de pesquisas.</p> <p>- Promover a formação profissional Agroecológica para os jovens e agentes educacionais.</p>
<p><b>4. Comercialização e consumo</b></p>	<p>6. Fortalecer e ampliar o consumo de alimentos orgânicos, com ênfase nos circuitos curtos de comercialização, mercados locais, buscando escoar para demandas institucionais e compras governamentais.</p>	<p>- Ações permanentes de divulgação de produção e do consumo de produtos Agroecológicos, buscando parceria dos de diferentes níveis federativos.</p> <p>- Promover e apoiar melhorias na infraestrutura, formas de gestão e mecanismos de financiamentos, considerando cooperativas, associações e equipamentos públicos de segurança alimentar.</p> <p>- Integrar o PLANAPO em redes de economia de solidária.</p> <p>- Fomentar a organização e o cadastramento das comunidades e grupos, buscando a venda direta aos consumidores.</p> <p>- Integrar os sistemas de informação dos diferentes órgãos governamentais para melhorar a gestão e operacionalização das diferentes políticas públicas.</p> <p>- Realizar capacitação por meio dos centros colaboradores (Universidades Federais).</p>

Fonte: Adaptado do documento do PLANAPO 2012, enfatizando apenas as políticas destinadas às comunidades tradicionais.

Em uma análise cronológica das políticas públicas, o PLANAPO abrange e contempla ações que podem e devem ser aplicadas na realidade local da região em estudo, em se tratando de uma Política Nacional do Governo Brasileiro, que busca entender as necessidades e dificuldades atuais dos atores. De uma forma geral, o PLANAPO concilia os interesses de conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico no contexto do PARNA.

Entende-se que uma vez incorporado ao Plano diretor dos municípios, juntamente com as instituições responsáveis e a organização e reivindicação das comunidades de forma conjunta, poderão ser cumpridas as diretrizes, objetivos e metas do PLANAPO. Assim, supõe-se que a gestão do território poderá formar uma integração entre as escalas municipais, estaduais e federais.

A grande dificuldade de promover e conciliar os interesses dos atores no território em estudo inicia pela formação de um mosaico de Unidades de Conservação, especialmente o mosaico Lagamar que foi criado em 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, junto com mais 44 unidades de conservação dos estados de São Paulo e Paraná, formando um extenso corredor ecológico compreendendo o litoral sul de São Paulo chegando ao litoral do Paraná, o complexo estuarino lagunar Iguape - Ilha Comprida - Paranaguá. O quadro abaixo, adaptado do ICMBIO, demonstra um grande mosaico de UC. Em negrito se destaca as unidades mais próximas da área em estudo.

Quadro 2. Mosaico do litoral sul de São Paulo e do litoral do Paraná Lagamar.

<b>ESFERA FEDERAL</b>	<b>ESFERA ESTADUAL</b>	<b>ESFERA MUNICIPAL</b>
<b>Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha da Queimada Grande e Queimada Pequena</b>	<b>Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida</b>	<b>Parque Natural da Restinga</b>
<b>Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal</b>	<b>Estação Ecológica Chauás</b>	<b>Parque Natural do Manguezal do Rio Perequê</b>
Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe	<b>Estação Ecológica Juréia-Itatins</b>	<b>Parque Natural da Lagoa do Parado</b>
Estação Ecológica Tupiniquins	Parque Estadual Campina do Encantado	
<b>Reserva Extrativista Mandira</b>	Parque Estadual Jacupiranga	
<b>Área de Proteção Ambiental Guaraqueçaba</b>	<b>Parque Estadual Ilha do Cardoso</b>	
<b>Estação Ecológica de Guaraqueçaba</b>	<b>Área de Proteção Ambiental Guaratuba</b>	
<b>Parque Nacional Superagui</b>	<b>Floresta Estadual do Rio das Onças</b>	
<b>Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange</b>	<b>Estação Ecológica Ilha do Mel</b>	
<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Morato</b>	<b>Parque Estadual Boguaçu</b>	

<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural Sebuí</b>	<b>Parque Estadual da Ilha do Mel</b>	
	Parque Estadual do Pau Oco	
	Parque Estadual Pico do Marumbi	
	<b>Parque Estadual da Graciosa</b>	
	Parque Estadual Roberto Ribas Lange	
	Parque Estadual Pico Paraná	
	Parque Estadual Serra da Baitaca	

Fonte: Adaptado ICMBio, 2015. Disponível <http://www.icmbio.gov.br/> Acessado em: 01 Jul. 2013.

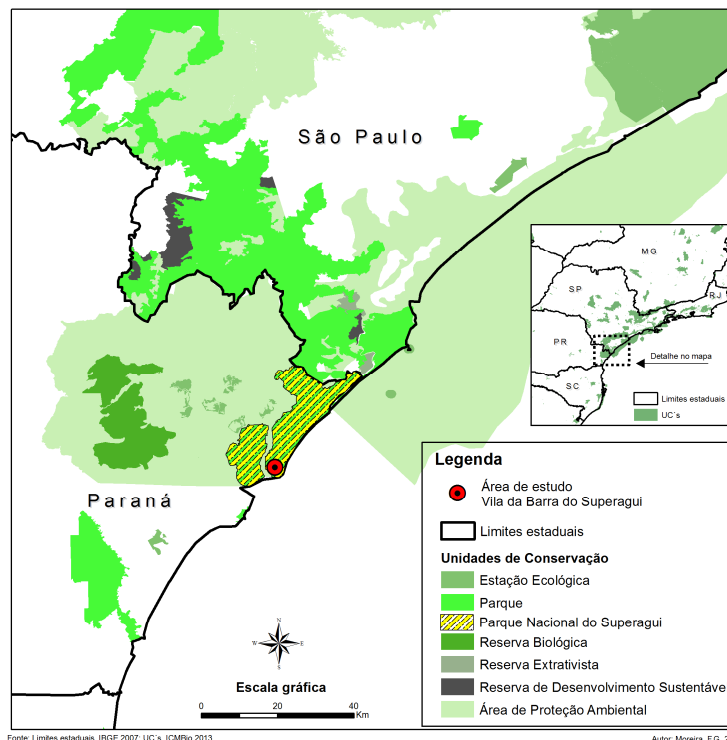
Fica evidente a importância desse território, com a junção das UC no território, considerando a criação dessas unidades por órgãos Governamentais, entretanto a gestão não segue os critérios de integração e ações conjuntas que possibilitem a resolução dos problemas e a de ações que possibilitem o desenvolvimento local.

#### 2.4 Parque Nacional do Superagui

Para entender melhor esse território, inserimos o Mapa 2. Nele se mostra o mosaico formado no litoral do Paraná, seguindo do ponto em estudo o Parque Nacional do Superagui, APA de Guaraqueçaba se conectando ao Parque Nacional Sant-Hilaire Lange e a APA de Guaratuba<sup>8</sup>. Dentro desse território existem diversas comunidades tradicionais rurais, que vivem do extrativismo, da pesca, do manejo agrícola, artesanato e turismo.

<sup>8</sup> A APA de Guaratuba foi criada pelo Decreto Estadual n.1234 possui aproximadamente 200 mil Hectares, se estendendo por seis municípios no Estado do Paraná: Matinhos, Guaratuba, Morretes, Paranaguá, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul. Dentro da APA ainda existe três áreas de Proteção integral nas três esferas institucionais de responsabilidade Governamental que são: O Parque Municipal Natural Lagoa do Parado, o Parque Estadual do Boguaçu e o Parque Nacional Sant-Hilaire Lange que foi criado pela Lei 10.227 (23/05/2001), tem uma área de aproximadamente 24.500 ha, Abrangendo os municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e Paranaguá. Essa U.C. Abrange a Serra da Prata tendo uma diferença hipsométrica de praticamente 1500 metros, possuindo uma grande diversidade de fauna e flora, recursos abióticos (ICMBio 2014, disponível <http://www.icmbio.gov.br/> acessado em 03 Nov. 2013).

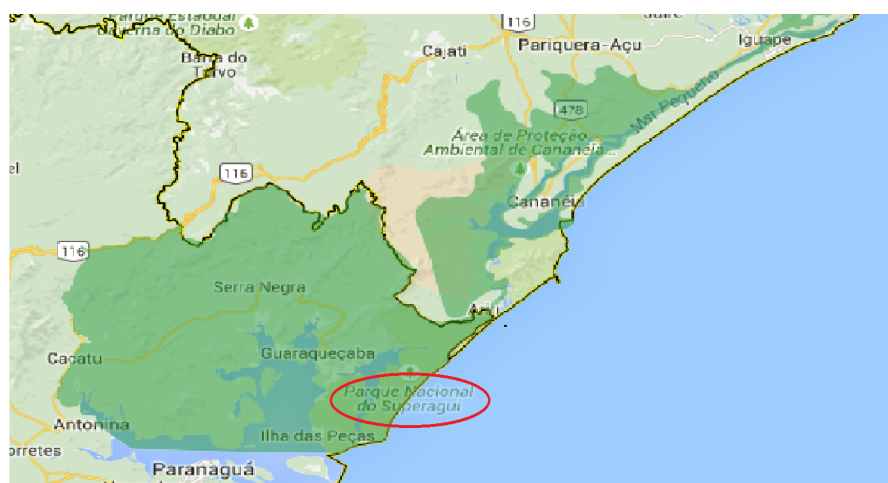




Mapa 2. Mosaico de Unidades de Conservação.

Fonte: Adaptado IBGE, 2007.

O Parque Nacional do Superagui está localizado no litoral norte do estado do Paraná, divisa com o litoral sul do estado de São Paulo, se conectando com o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, apesar desta continuidade, não existe gestão integrada entre essas unidades. Na figura abaixo fica evidente a continuidade do território que ultrapassa fronteiras estaduais. No círculo vermelho o PARNA Superagui (Mapa 3).



**Mapa 3:** Mapa do corredor ecológico Iguape Paranaguá, interligando as UC dos Sul de São Paulo e do norte do Paraná, considerado pelos Pescadores tradicionais um território contínuo.  
**Fonte:** Instituto de Pesquisa de Cananéia-IPEC 2012.

O PARNA foi criado em 25 de abril de 1989, por meio do Decreto nº 97.688 (ICMBio, 1985) e ampliado em 20 de novembro de 1997 pela Lei nº 9.513, abrange atualmente uma área de 33.988 ha. Localiza-se inteiramente no Município de Guaraqueçaba (PR)<sup>9</sup>. Está inserido na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, que possui uma das maiores áreas contíguas de Floresta Ombrófila Densa no Brasil ficando sobreposta como outras Unidades. O litoral do Estado do Paraná possui a maior parte dos remanescentes da Mata Atlântica brasileira, que foi reduzida a menos de 5% de sua cobertura original (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999).

O PARNA Superagui é formado por quatro ilhas principais, sendo as maiores a de Peças e a de Superagui e duas menores, Pinheiro e Pinheirinho, além das ilhas formadas nas áreas de braço de mar e mais ao fundo do mangue. Possui ainda uma área continental que compreende o Vale do Rio dos Patos, Serra do Mar; e se estende nas reentrâncias dos mangues (VIVEKANANDA, 2001).

A comunidade estudada foi a dos Pescadores Artesanais da Barra do Superagui, localizada no entorno do PARNA na região sul da ilha. Esta é a comunidade mais numerosa do Parque, com aproximadamente 800 pessoas pertencentes a 164 famílias, segundo os dados da pesquisa. Essas famílias dependem diretamente da pesca do camarão e atualmente do turismo<sup>10</sup>. Esses pescadores se adaptaram as novas ruralidades para continuar a reproduzir sua cultura, com a criação do PARNA em 1989 (ICMBio, 2011).

## 2.5 Histórico das práticas agrícolas

Analisando a ocupação em uma linha cronológica, houve diversas populações indígenas que habitaram a região do Parque Nacional do

---

<sup>9</sup> Guaraqueçaba foi considerado, segundo dados do IBGE (2008), como uns dos municípios com menor índice de Desenvolvimento Humano no Brasil.

<sup>10</sup> A alta temporada na ilha serve como segunda opção para geração de renda seja na hospedagem, alimentação, ou serviços indiretos. A alta temporada acontece de Dezembro a Março, bem no período de defeso do camarão.

Superagüi<sup>11</sup>, que atualmente é muito discutida. Essas comunidades sempre realizaram o manejo tradicional do território, buscando realizar suas práticas tradicionais de subsistência no território.

O manejo tradicional realizado por essas comunidades no tempo pretérito são considerados como alteração do meio, de forma positiva, pela construção realizada por cada etnia ou grupo. LADEIRA (1990) defende que esse território foi ocupado por índios Carijós e posteriormente os Tupiniquins.

Independente as populações que ocuparam essa região, esses grupos étnicos, foram extintos das áreas que hoje compõem o Parque desde o período de colonização. No entanto o grupo da Etnia Guarani, ainda transita pelo território sendo contemporâneo com as configurações socioambientais. A Ilha das Peças e do Superagüi é bastante antiga, isso pode ser comprovado pela existência de diversos sambaquis com idades entre 1540 e 7803 anos (HAUER Jr, 2007).

Essa referência demonstra a existência de diversas populações anteriores aos grupos indígenas do tronco Tupi-Guarani que existiam quando chegaram os primeiros colonizadores europeus. O território do Superagüi foi onde iniciou o povoamento do que seria mais tarde o estado do Paraná, (BOUTIN, 1983). Esse território foi explorado pelo alemão Hans Staden que, em 1549, após uma violenta tempestade, arribou na península do Superagüi com o navio espanhol no qual viajava, deparando-se com portugueses que conviviam com índios Tupiniquins.

Logo no início do século XVIII, os jesuítas já possuíam seus sítios de produção agropecuária na península do Superagüi (PILETTI, 1996). No entanto, não houve a efetivação das fazendas dos jesuítas na Ilha do Superagüi. No início do segundo reinado, em 1840, a imigração europeia já era notável, e fundavam-se colônias em todo o sul do Brasil (PILETTI, 1996).

A colônia do Superagüi<sup>12</sup> foi fundada em 1852, antecipando a emancipação do Paraná, que ocorreu em 1853, quando ainda pertencia à

---

<sup>11</sup> Em 2012 a comunidade indígena da etnia Guarani, se locomoveu para o continente, depois de passar 5 anos na ilha de Superagüi (LADEIRA, 1990).

<sup>12</sup> Uma versão para a origem do nome "Superagüi" relatada nas entrevistas com atores mais velhos, diz que uma índia, grávida, chamada Peragüi, veio de Cananéia-SP, com sua

Província do Estado de São Paulo. Nesse período o sul do Brasil já possuía diversas colônias de imigrantes europeus. Atraído por isso, o cônsul suíço do Rio de Janeiro, Perret Gentil, estabeleceu em 1852, uma das primeiras colônias europeias no Estado do Paraná, na Ilha do Superagui. A colônia teve seu apogeu em 1879, quando a Ilha possuía 150 casas, sendo apenas 10 casas de brasileiros. Segundo Durieux (2001), o projeto de Perret Gentil era estabelecer uma cidade e aldeias, com divisão de terrenos e trabalhos.

Dentre os primeiros imigrantes suíços que chegaram ao Superagui, um merece destaque: O pintor William Michaud<sup>13</sup>, um dos fundadores da Colônia do Superagui. A grande maioria de suas obras, Michaud enviou para sua família, curiosamente transformada no “Museu da Velha Vevey”, onde está abrigado o acervo de suas obras e as cartas que escreveu durante muitos anos (BOUTIN, 1983).

Michaud fez inúmeras pinturas, que retratavam o cotidiano dos pescadores na vila do Superagui, suas paisagens e belezas. Em cartas que escrevia para a Suíça lamentava a devastação das matas em função do uso das madeiras pela serraria da própria colônia. Nesse período o grupo de pescadores tradicionais<sup>14</sup> realizavam práticas agrícolas de subsistência que continuaram por muitas gerações na comunidade.

A economia da colônia em 1879 era baseada na produção de café, mandioca (a casa de farinha existe até hoje, embora desativada devido à falta de matéria prima), produzia-se vinho e açúcar, fabricava-se tijolos, havia serrarias, estaleiro e inúmeros engenhos para beneficiar arroz, abóbora, entre outras plantas usuais (MIGUEL, 1997).

A colônia teve seu declínio em 1888, onde o processo de decadência econômica supõe-se que ocorreu devido o desenvolvimento dos meios de

---

tribo, para descobrir novas terras. Na praia deserta, foi abandonada pela tribo, quando começou a sentir as contrações do parto. Mais tarde foi socorrida por um pescador, mas infelizmente seu filho não sobreviveu. Agradecida pela ajuda do pescador, a índia jogou seu filho ao mar e o abençoou, dizendo que seria um mar rico, e que nele nunca faltariam peixes. Ela então foi ao mar, e quando mergulhou se transformou numa sereia (LADEIRA, 1990).

<sup>13</sup> Em 1849, aos vinte anos, Michaud deixou o conforto da casa de sua família em Vevey, na Suíça, para vir ao Brasil (SCHERER, 1988). Lá se casou com uma nativa com quem teve nove filhos, e construiu sua ampla casa de pedras ao pé do morro Barbado, sobre o qual plantou 1600 videiras para fabricar vinho, denominado por ele Petit Bordeaux (BOUTIN, 1983).

<sup>14</sup> Segundo Diegues (1988) “pesca artesanal” é aquela em que pescadores autônomos participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples e onde a remuneração é feita pelo “sistema tradicional” de divisão da produção em partes.

comunicação terrestre, onde muitos grupos migraram para o continente ou não circulavam tanto com embarcações (BOUTIN,1993). Em 1959 foi realizado a abertura do canal do varadouro, pela Companhia de Navegações Sul Paulista, cujo objetivo dessa intervenção de integrar por via fluvial a Baía de Paranaguá à Baía de Trapandé (SP). Embora a época houvesse um aumento na arrecadação dos municípios litorâneos. Após 26 anos de sua abertura, o canal do Varadouro foi suspenso, pois não havia viabilidade econômica (BEHR, 1998).

Posteriormente, na década de 80 foram realizados estudos para detectar a presença de minérios pela empresa CR Almeida, sem sucesso. Em seguida, instalou-se em Superagüi a MINEROPAR com o mesmo objetivo. Após alguns anos a empresa PLANTEC foi implementada com objetivo de reflorestar a área através da plantação da espécie *Euterpe edulis*, popularmente conhecido como palmito juçara. Mais tarde, outra companhia buscou desenvolver atividades na ilha, a Companhia Agropastoril Litorânea (CAPELA), que implantou pastagem para criação de búfalos, mas também não teve progresso, pois a mesma tinha como objetivo a apropriação da ilha e as condições climáticas e geográficas não deram condições para o desenvolvimento da atividade (PIRES, 2006). Atualmente o manejo florestal é proibido pela legislação vigente nas UC. da categoria Federal (SNUC, 2000).

A Barra do Superagui e seus atores ainda conservam um cotidiano do ambiente rural/pesqueiro, onde suas práticas são desenvolvidas nos Quatro ambientes (Quadro 3).

Quadro 3. Ambientes em que os pescadores que aprovisionam de alimentos.

<b>Ambientes</b>	<b>Descrição de uso</b>	<b>Muito<sup>1</sup></b>	<b>Pouco<sup>2</sup></b>
1) Mar	Maior recurso para prática de pesca e viabilização das vias de trânsito no território.	X	
2) Mangue	Onde existe a prática da retirada do caranguejo e moluscos por algumas comunidades e pessoas, na maioria das vezes para consumo próprio.	X	
3) Floresta	Uso de espécies arbustivas e retirada de madeira.		X
4) Manejo de caça	Cultivo de pequenas culturas como mandioca, é atrativo para pequenos mamíferos.		X

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

<sup>1</sup> Superior a 50%; <sup>2</sup>Entre 30 e 50%

Como a maioria das comunidades caiçaras, as do Parque Nacional do Superagui mantém uma economia baseada no que é chamado de “Pluralismo Econômico”, caracterizado pela exploração paralela dos recursos da terra e do mar (GARROTE, 2004). Portanto muitos recursos beneficiados como a farinha de mandioca, peixes defumados, palmitos e os próprios pescados, eram considerados como moeda de troca.

Essas práticas podem ser consideradas em decadência para muitos pesquisadores e gestores, devido ao número de praticantes que vêm diminuindo, por buscarem alternativas mais rentáveis como o turismo e a pesca do camarão. Outro fator que contribui para alteração e diminuição das atividades tradicionais é a falta de políticas de incentivo e de capacitação dos atores, impossibilitando a continuidade das práticas tradicionais de manejo e subsistência, que em pequenas escalas podem ser consideradas manejos sustentáveis.

Na literatura histórica os pescadores são denominados por diversos nomes como “caiçaras”, “pescadores artesanais”, “pequenos produtores rurais”, “populações tradicionais”. De um modo geral, o termo que engloba e que resume as ideias contidas nestes diferentes nomes é o de “população tradicional”. Ou seja, os “caiçaras” são “populações tradicionais”, habitantes de áreas litorâneas com atividades econômicas historicamente baseadas na combinação de pesca com extrativismo e agricultura. A seguir descreve as atividades.

1) A pesca do camarão atualmente por embarcação de arrasto, é a prática mais utilizada pelos pescadores. Todo esse pescado é absorvido pelo município de Paranaguá, onde é escoada para outros municípios e estados, respectivamente, Curitiba e São Paulo. Outra parte é absorvida pelos restaurantes e pousadas da vila. Nas entrevistas e questionários ficou constatado que 95% de toda pesca é realizadas com arrasto visando o camarão.

2) A retirada de mariscos e ostras do Mangue é realizada até hoje, em pequena escala e por apenas alguns pescadores. Em conversas informais alguns moradores demonstraram interesse em iniciarem o cultivo de ostras e mariscos, após da participação no curso técnico em Aquicultura ofertado pelo

Instituto Federal do Paraná Figura- IFPR, em 2011. Esse curso fez parte de ações e parcerias do Governo Federal, Ministério da Pesca, na busca de capacitar pescadores no Brasil inteiro. As disciplinas eram realizadas por vídeo conferência na modalidade da educação a distância (EAD). Os alunos se formaram em 2013 e o curso não deu seguimento. No mesmo ano foi criada uma lista assinada com o número elevado de alunos com interesse em realizar o curso.

3) Os recursos florestais, sempre foram utilizados, mas atualmente estão proibidos no PARNA e entorno. Essa pratica e respeitada pelos moradores, acontecendo de formas isoladas ou clandestinas por moradores ou por pessoas que entram no PARNA.

4) Nos relatos dos informantes mais idosos, foi comentado sobre a alimentação com a carne do papagaio da cara roxa *Amazona brasiliensis* (Figura 2), Mico leão da cara preta *Leontopithecus caissara* (Figura 3), entre outros mamíferos de pequeno porte. Atualmente não se consome mais essas espécies.



Figura 2. Papagaio da cara roxa *Amazona brasiliensis*.  
Fonte: Rodrigo F. Mouro-Rios 2010.



Figura 3. Mico leão da cara preta *Leontopithecus caissara*.  
Fonte: Rodrigo F. Mouro-Rios 2010.

A farinha de mandioca produzida na vila da Barra do Superagui era muito apreciada e foi utilizada como moeda de troca por muito tempo. No entanto não se planta mais Mandioca, devido a restrições do PARNA, esse assunto será mais aprofundado mais adiante.

## **2.6 Contextualizações dos empreendimentos impactantes da zona de estudo.**

Considerando o território em estudo, um grande fator impactante é o município de Paranaguá (PR) que possui um dos maiores Portos Graneleiros da América Latina<sup>15</sup>, sendo responsável pelo escoamento da soja brasileira produzida em sua área de influência dentre outros produtos.

No município vizinho, Antonina<sup>16</sup>, se encontram instalados outros dois portos<sup>17</sup>. Considerando que o Governo do estado do Paraná anunciou em 2013 a construção de outro porto no Município de Pontal do Sul, devido à demanda do Pré-Sal e a calagem natural existente no local. Esse anúncio gerou incertezas que potencializa novos impactos às atividades das comunidades atuantes nas adjacências do Parque Superagui. Os pescadores entendem que grandes empreendimentos, são sinônimos de desenvolvimento

---

<sup>15</sup> Começou sua história no antigo atracadouro de Paranaguá, em 1872, com a administração de particulares. Batizado de Dom Pedro II, em homenagem ao Imperador do Brasil, em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto de Paranaguá que recebeu melhorias que possibilitaram sua ascensão a maior Porto sul-brasileiro. Atualmente, o Porto de Paranaguá é um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo, unindo localização estratégica a uma das melhores Infraestruturas portuárias da América Latina. Entre as principais cargas movimentadas em Paranaguá estão: Soja, farelo, milho, sal, açúcar, fertilizantes, contêineres, congelados, derivados de petróleo, álcool e veículos. Disponível em [www.portosdoparana.pr.gov.br](http://www.portosdoparana.pr.gov.br) Acessado em: 06 de Fev de 2015

<sup>16</sup> No final do século XIX, com a conclusão da estrada da Graciosa e do terminal ferroviário, ambos ligando Antonina a Curitiba, o Porto de Antonina intensificou suas atividades tornando-se, em 1920, o 4º Porto exportador brasileiro. As mudanças na economia mundial após a segunda Grande Guerra Mundial, e o fim do ciclo da erva-mate, determinaram o declínio da economia da cidade e das atividades de seu Porto, culminando nos anos 70 com a paralisação da indústria Matarazzo, importante geradora de negócios e empregos. Atualmente, O Porto de Antonina é parte do complexo administrado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA. Localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção, o Porto de Antonina amplia a agilidade e qualidade dos serviços do Porto de Paranaguá, oferecendo dois terminais portuários: o Barão de Teffé e a Ponta do Félix. As principais cargas movimentadas em Antonina são congeladas, fertilizantes e minérios de ferro. Disponível em: site [www.portosdoparana.pr.gov.br](http://www.portosdoparana.pr.gov.br) Acessado em 06 Fevereiro 2015



econômico. Porém é evidente que sem planejamento das instituições privadas, pouco retornava às comunidades. Essas ações efetivamente não mitigam seus impactos, se limitando a ações paliativas que efetivamente não contribuem para a promoção do desenvolvimento regional. Essas ações são consideradas ineficientes devido a proposta não integrar de forma conjunta as comunidades afetadas diretamente e indiretamente pelo empreendimento.

Nesse sentido, a pesquisa destaca que é necessário uma política atual e para contemplar a realidade complexa do território em estudo, nas quais as diretrizes do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO podem e devem ser absorvidas e direcionadas à realidade local.

## **3 A COMUNIDADE DE PESCADORES NO PARNA SUPERAGUI**

### **3.1 Conhecendo os sujeitos da pesquisa nas proximidades da Unidade de Conservação**

#### **3.1.1 Fase exploratória**

O primeiro contato entre a comunidade e o pesquisador foi em maio de 2012, onde foi realizado o campo de nove meses na comunidade. Nessa fase inicial, baseada em Quivy e Campenhoudt (1992), buscou-se compreender e definir melhor a problemática, através de observação e convívio diário, em suas práticas pesqueiras<sup>18</sup> e sua organização social, coletando relatos dos moradores mais velhos, lideranças, e profissionais responsáveis pelas instituições públicas.

Nesses relatos e entrevistas informais foram constatadas profunda franqueza e tristeza dos informantes devido à perda dos valores culturais por parte das novas gerações. Entende-se que as mudanças causam apreensão nos moradores mais velhos, pela dinâmica dos processos de transformação, considerando 25 anos da criação do PARNA. Essas mudanças causam inseguranças do direcionamento da comunidade, sem organização os mais antigos temem pela perda cultural, territorial para integrantes de fora da comunidade.

Os procedimentos da observação e acompanhamento dos processos de organização social foram realizados em reuniões, em eventos, nas salas de aulas, conversas informais, buscando entender as influencias e os valores da comunidade, esse processo ocorreu entre julho de 2012 a fevereiro de 2013 (Figuras:4,5,6,7).

---

18

Foram realizadas 4 saídas para acompanhar a pesca de arrasto. Foi considerado também, as diversas conversas informais, no trajeto de 2 horas para chegar à vila da Barra do Superagui.



Figura 4. Conversa em Grupo.  
Fonte: Kriegel. R, 2013.



Figura 5. Alunos do curso técnico em aquicultura-IFPR.  
Fonte Kriegel. R, 2013.



Figura 6. Alunos dos Cursos de Pesca e Aquicultuta-IFPR.  
Fonte: Kriege R. 2013



Figura 7. Alunos em saída de campo Guaratuba-Pr  
Fonte: Kriegel R. 2013.

Entrevistas qualitativas (Apêndice A) foram aplicados com perguntas semiestruturadas, que buscaram compreender as práticas agrícolas e pesqueiras dos atores da Barra do Superagui em tempos diferentes, as do passado e as do presente.

O instrumento foi aplicado junto a pessoas apontadas como sendo liderança e com pescadores mais antigos. O tempo aproximado de envolvimento dos entrevistados em atividades relacionadas à pesca variou entre 20 e 65 minutos.

As entrevistas foram conduzidas da maneira mais livre possível, sem interrupções. A pesquisa privilegiou técnicas participativas, as análises dos dados coletados também foram, sempre que possíveis construídas coletivamente retornando às conversas em outros momentos e individualmente. É importante ressaltar, que nem todos os dados puderam ser coletados de forma participativa, assim se buscou utilizar tanto pesquisa qualitativa como quantitativa ou quali-quantitativa.

Foi considerado, em alguns momentos, não anotar nada evitando constranger o informante ou inibir seus relatos<sup>19</sup>, conduzindo a situação como uma conversa informal, buscando seguir o roteiro semiestruturado. Por isso, as informações eram escritas posteriormente no alojamento, salvo em alguma ocasião onde havia uma proximidade com interlocutor, eram realizadas

---

19

Nas entrevistas geralmente com atores mais velhos ou mulheres, por serem considerados bons informantes e foram eleitos por indicação de outros atores.

anotações na íntegra. Poucas intervenções foram necessárias para o esclarecimento de dúvidas, sendo estas anotadas e questionadas em novos encontros.

Foram feitas visitas aos moradores mais antigos e aos mais jovens, para ter um contraponto das informações e identificar como eles se enxergam no mundo e em seu território. Também foram realizados, saídas para acompanhar a pesca de camarão nos barcos de arrasto, caminhada na mata, participação de datas festivas, assim como a baixa e alta temporada, onde o fluxo de turistas alterna-se conforme a época do ano. Esse acompanhamento teve a finalidade de se inserir no cotidiano da comunidade e entender os processos coletivos e conhecimento do território.

A pesquisa de campo acompanhou parte do processo de diagnóstico participativo do ICMBio que visava à construção do primeiro Plano de Manejo do Parque, iniciado no final de 2012. Foram acompanhadas as reuniões da comunidade e suas associações geralmente realizadas na escola.

Também foi acompanhado as reuniões dos pesquisadores do ICMBio com os atores representantes de instituições de pesquisa do estado do Paraná, dois representante da comunidade do Superagui, assim como os primeiros pesquisadores que realizaram trabalhos no PARNA. Nessa reunião foram feitas atividades e dinâmicas de grupo, buscando entender as discussões das possibilidades, alternativas para melhorar a gestão do PARNA e seu zoneamento.

Essas reuniões eram realizadas na escola da Vila da Barra do Superagui, muitas vezes era acalentada por moradores mais articulados, onde se posicionavam contra as ações, Mesmo com o número reduzido de participantes, muitas decisões eram tomadas, com a justificativa que a reunião estava aberto para todos os moradores.

Também foram aplicados questionários quantitativos (anexo I) no período de Janeiro de 2014, para o grupo de jovens na faixa etária de 15 a 25 anos, utilizados os métodos de pesquisa social de Minayo (2000). As perguntas foram relacionadas à questão de sua identidade e das perspectivas do futuro para outras gerações. Os questionários tiveram o intuito de diagnosticar demandas para juventude rural, com intuito de entender a realidade dessa

nova geração que vem se estabelecendo atualmente, mediante novas oportunidades disponibilizadas a esta juventude.

### **3.1.2 Organização e Análise dos dados**

A análise dos dados obtidos na pesquisa de campo teve como embasamento (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992). As informações foram sistematizadas e organizadas de acordo com os grupos de variáveis e indicadores definidos pelo modelo de análise das metodologias.

Algumas informações relevantes e que não estavam contempladas no modelo também foram consideradas, sendo inseridas nas categorias de informação existentes ou em novas categorias. Na organização e agrupamento dos dados, buscou-se eleger semelhança relatada, assim como a repetição dos fatos, considerando os agentes causadores dos processos.

### **3.2 Conflitos e dificuldades na Pesca no PARNA Superagui.**

O PARNA tem uma grande faixa territorial, tornando difícil fiscalizar todos os limites. O problema mais relatado nas conversas informais e nos questionários semiestruturados, está relacionado com a ameaça à manutenção ambiental dos pescados que está diretamente ligado ao período de recuo da pesca, uma vez que esse período de procriação das espécies não é realizado a quantidade diminui, afetando assim a atividade da pesca artesanal.

Inúmeros elementos de ação antrópica foram identificados na pesquisa, resíduos sólidos, pesca no recuo, turismo não estruturado, retirada clandestina madeireira. Esses fatores vêm contribuindo para o desequilíbrio nos ecossistemas marinhos, prejudicando o desenvolvimento e reprodução dos pescados.

Um dos problemas indicado pelos pescadores na pesquisa qualitativa apontou a pesca industrial em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que dispõem de incentivo governamental, portos estruturados para o escoamento,

possuem ferramentas no porte industrial de grande escala entre outros arranjos econômicos.

A captura em grandes escalas impossibilita a migração de espécies como a Tainha e o camarão Sete Barbas, impossibilitando a realização da pesca em grande parte da região historicamente utilizada, situada dentro dos limites da primeira milha náutica<sup>20</sup> (ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

De acordo com a Instrução Normativa (IN) 29/2004 do MMA (Ministério do Meio Ambiente), esta região não pode mais ser utilizada para pesca, na forma que ela vem sendo praticada. Entretanto, essas delimitações do Parque não impedem que grandes embarcações pesqueiras venham praticar a pesca de arrasto dentro dos limites da primeira milha e muitas vezes, bem próximo a praia onde os moradores declaram que, na maioria das vezes, são barcos de outros Estados e até de outros países que invadem este território para fazer pesca de arrasto e acabam retirando os meios de subsistências dos locais. Durante o campo foi observado diversas embarcações e navios de grande porte fazendo fila para entrar na Baía de Paranaguá e chegar ao Porto<sup>21</sup> (Figura 8).



Figura 8. Barco Industrial navegando dentro dos limites do PARNA.  
Fonte: Kriegel. R, 2013.

<sup>20</sup> Uma Milha Náutica corresponde a 1852 m e conta-se a partir da linha de praia (ICMBio, 2011).

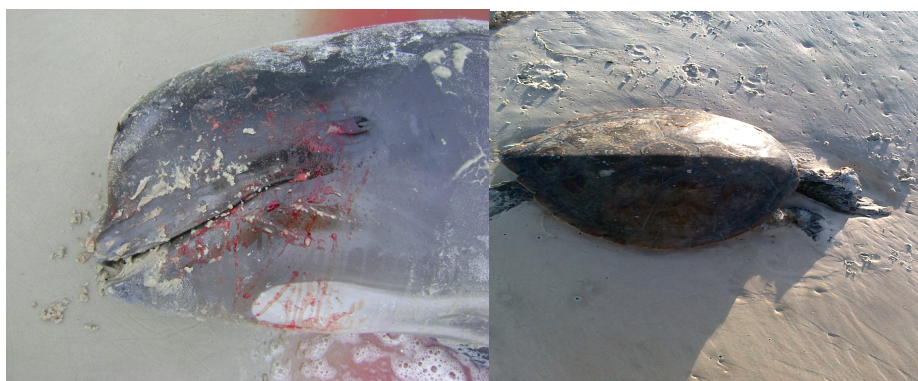
<sup>21</sup> Na baía de Paranaguá esta o Porto de Antonina e o Porto de Paranaguá.

Constatou-se durante a pesquisa que esta situação é recorrente, sendo raras as vezes que se tenha identificado alguma fiscalização dos órgãos responsáveis nestas embarcações<sup>22</sup>.

Existe um grande conflito entre os pescadores tradicionais, os pescadores industriais e o órgão fiscalizador. Os pescadores não possuem os equipamentos responsáveis para a localização e mensuração das milhas náuticas, que delimitam sua área de pesca, assim quando são abordados pela fiscalização suas redes são confiscadas, ficando sem poder exercer seu trabalho. A confecção de novas redes demora em média de 60 a 90 dias, sem contar os gastos de materiais.

De acordo com os pescadores, os grandes barcos da pesca industrial chegam passar até 20 dias no mar, utilizando equipamentos para identificação de cardumes e tecnologias de pesca por satélite, ultrapassando 10 vezes o que a comunidade pode pescar.

Esse grande volume capturado na pesca industrial, influencia diretamente na redução disponível de pescados para os pescadores tradicionais. Os barcos chegam a devolver para o mar 15 toneladas de peixes indesejáveis considerados de baixo valor comercial (Figuras 9 e 10). Segundo relatos dos pescadores, os cardumes fogem quando encontram outros peixes mortos.



Figuras 9 e 10. Animais encontrados na praia descartados ou mortos em redes.  
Fonte: Kriegel R Pesquisa de campo 2013.

<sup>22</sup> Devido à ausência de uma fiscalização mais atuante do litoral paranaense, a começar pela Força Verde responsável pela fiscalização da região, o Instituto Ambiental do Paraná-IAP, estando sempre ausente sendo insuficiente para fiscalizar o território.



Nas entrevistas qualitativas aplicadas a interlocutores chaves<sup>23</sup>, constatou-se que no defeso, muitos pescadores continuam a fazer o arrasto utilizando malha seis ou até mesmo malha cinco (0,5 cm entre um nó e outro) que são mais estreitas capturando espécie sem interesse econômico e de pequeno porte.

Além desta forma de pescar, antigamente era muito utilizada a pesca com cerco, sendo esta prática considerada artesanal. Essa forma de pesca consiste na amarração de madeiras enfiada na areia nas margens do canal em forma de círculo, onde o peixe entra no cerco, mas não consegue sair. Hoje, essa prática é proibida no estado do Paraná-Pr. Contudo, no estado de São Paulo-SP é considerada uma prática tradicional<sup>24</sup> sendo legalizada.

No Quadro 4 estão listadas as práticas de pesca constatadas no estudo. Foram levantando dados nos questionários quantitativos onde o valor 1 foi definido como pouco usado, 3 como usado eventualmente e 5 sempre utilizado. O quadro define a partir dos dados coletados que a pesca de arrasto de camarão é a mais comum, e que a pesca de subsistência está diminuindo, pois o arrasto de camarão é mais rentável. Atualmente, a maioria dos pescadores possuem barcos adaptados para o arrasto de camarão.

Quadro 4. Tipos de pesca utilizada pelos pescadores do PARNA Superagui.

<b>Instrumentos de pesca.</b>	<b>Forma de pesca</b>	<b>Pontuação</b>
Pesca com rede de cabo	Pesca na beira de arrasto ou em canos formando círculos	3
Pesca de tarrafa:	Observação do cardume em canoas ou na beira da água. Pesca individual	1
Rede de espera	Rede deixada no fundo com pedras e cordas, ficando em pousio e retirada posteriormente.	3
Pesca de Gerival	Rede em forma de saco pequeno trabalha conforme a corrente de maré.	1
Pesca de cerco	Taquaras fixadas nas embocaduras dos canais, onde o peixe entra e não consegue sair.	1
Pesca de caceio	Malhas variando de 5 a 10 cm entre nós opostos, operando com algumas formas particulares: "caceio", de superfície ou de fundo, a qual fica à deriva;	1
Pesca de fundeio	Rede presa ao fundo por poitas de ferro: Nesta modalidade, os panos, interligados, podem ultrapassar	1

<sup>23</sup> Moradores mais antigos ou apontados como lideranças.

<sup>24</sup> Os pescadores relatam que gostavam de ter seu Cerco para garantir algum pescado e no Estado de São Paulo é considerado uma prática tradicional e com pouco impacto Ambiental.

	3,5 km de extensão.	
Pesca do arrasto	As malhas no ensacador variam de 3 a 4 cm entre nós opostos; puxadas pela popa ou pelo costado, sempre de fundo, utilizadas para a pesca de camarão.	5

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Nas entrevistas em grupo foi citada a dificuldade em se obter o benefício do seguro-defeso. Um dos motivos apontados foi a burocracia para retirada da carteira de pescador. Muitos pescadores não tem escolaridade, esse fato inibe os sujeitos de exporem suas ideias, outros não têm vontade de buscar um supletivo ou cursos técnicos, por não fazer parte de seu contexto de vida. Essa falta de capacitação e informação deixa alguns membros da comunidade expostos à falta de informação e engajamento nos papéis requisitados na organização do grupo. Esse fato contribui para formação dos conflitos, em relação ao período do defeso da pesca e suas restrições<sup>25</sup>.

O seguro-defeso é um auxílio no valor de um salário-mínimo que é pago para o pescador cadastrado, durante o período de defeso, pois eles ficam proibidos de realizar o arrasto por três meses na região. A justificativa, de ordem biológica, é que este tempo é necessário para que os camarões possam desovar nas baías, e aumentar sua população.

No entanto, segundo os pescadores, cada vez mais, tem-se exigido dos pescadores; pois, além de todos os documentos comuns para o cadastramento, também estão solicitando mapas de bordo e a comprovação da existência de GPS e outro equipamentos náuticos, para serem considerados pescadores dentro das diretrizes estipuladas e receberem as credenciais do Ministério da Pesca e Aquicultura. Ou seja, são ações legais, governamentais, que limitam, dificultam e ‘matam’ a continuidade e sobrevivência legal das comunidades tradicionais litorâneas.

Como na Barra do Superagui os pescadores são tradicionais eles não têm esses equipamentos que requer o Ministério. Sem o seguro-defeso, muitos pescadores acabam buscando outras fontes de renda, fora da sua realidade ou da sua ambiência. De acordo com os pescadores e registro de outras

<sup>25</sup> Para ter direito ao seguro, é preciso provar ser pescador, tendo o registro junto ao Ministério da Pesca, o que vem sendo realizado lentamente nas comunidades locais pelo Ministério.

pesquisas, alguns acabam se transformando em *quinhoneiros*<sup>26</sup> de barcos menores (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999). Outros pescadores continuam pescando no período do defeso prejudicando a manutenção ambiental e arriscando a perder toda sua rede, em fiscalizações eventuais, muitas vezes estimuladas pelos pescadores concorrentes e pela justificativa que o valor pago pelo seguro defeso não se equipara com a renda obtida pelo pescado.

Além dos problemas relacionados à pesca, existem outros entraves com relação ao manejo das espécies florestais e de culturas como a mandioca, do palmito, uso da samambaia, musgo (Figura 11) para fabricação de artesanato e construções, do espinafre da praia muito utilizada na alimentação tradicional. Dessa forma, eles ficam impossibilitados de realizarem tais cultivos justamente pela legislação vigente que disciplina as atividades no Parque e no entorno. Inclusive, por força da Legislação, a comunidade não pode cortar nem uma árvore para utilizar sua madeira para fazer escoras ou utilizar em suas práticas de trabalho.



Figura 11. Musgo ou Veludo (*Cladonia* sp.)  
Fonte: Kriegel. R. 2014.

Muitas dessas práticas estão citadas de forma legal no SNUC 2002, devendo ser aplicada na gestão e constar no plano de manejo do Parque em sua devida categoria, que no caso do PARNA ainda se encontra em construção.

Essa abordagem está em sintonia com vertentes do estudo que, destacam a importância do conflito como categoria para organizar a pesquisa

---

<sup>26</sup> Pescador que arrenda seu barco e se submete a trabalhos em outros barcos maiores.

interdisciplinar costeira, visto que o seu estudo invoca o conjunto de dinâmicas naturais e sociais necessárias para o seu equacionamento, permitindo uma aplicação mais direta das descobertas ao processo de gestão (ANDRIGUETTO-FILHO, 2004).

Muitos pescadores relataram nas conversas que, para serem pescadores como seus avôs, precisam retirar madeiras específicas na floresta, para construção dos barcos, dos remos, do leme, onde cada peça é feita com uma madeira diferente. Nesta situação é importante notar que, para os pescadores tradicionais, o impacto receber uma multa ou apreensão de materiais pode refletir, definitivamente, na exclusão da condição de pescador artesanal, conforme os registros das entrevistas.

Contudo, esses não são os únicos embates destes pescadores tradicionais. Em 2009, houve um derramamento de óleo na baía de Paranaguá causando um imenso impacto nos ecossistemas marinhos e costeiros afetando toda uma rede ecológica e econômica, deixando essa população sem poder trabalhar por longos períodos e provocando uma redução de 60% no volume de pescados que eram retirados das águas do Atlântico Sul. Os pescadores receberam indenizações da Petrobras<sup>27</sup>, em cuja disputa, foram representados por advogados que contrataram. No processo jurídico houve um grande desvio nas indenizações onde o grupo de advogados e outros envolvidos desviaram 80% das indenizações. Em 2014 foram descobertos os esquemas e os envolvidos foram presos, assim os pescadores receberam a outra parte das indenizações.

Esse aporte financeiro trazido pela indenização possibilitou que os pescadores adquirissem bens de consumo como, por exemplo, barcos, voadeiras, construção e melhoramento da casa, construção de novas instalações para pousadas. A vila e os equipamentos foram repaginados com o dinheiro recebido como indenização pela perda decorrente do desastre

---

<sup>27</sup> Passada já mais de uma década e após três desastres ambientais de grandes proporções no Litoral do Paraná, 6 mil famílias de pescadores, catadores de caranguejo e marisqueiros ainda passam algum tipo de privação. Juntos, os dois vazamentos ligados à Petrobras (o de nafta do navio Norma e o de óleo do Poliduto Olapa, ambos em 2001) e a explosão do navio chileno Vicunã que despejou milhares de litros de metanol, óleo diesel e óleo lubrificante na Baía de Paranaguá. Disponível: [www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) Acessado: 21 Set de 2013.

ambiental que impactou suas atividades. A atividade da pesca ficou melhor instrumentalizada.

Essas novas configurações direcionaram os atores a fortalecer um objetivo em comum, organizar o turismo de base comunitária, o ecoturismo, tendo a UC como objeto de visitação. A indenização em geral foi investida em estruturas de pousadas, barcos e material para pesca.

A possibilidade de recorrer a outras fontes de renda como o turismo é muito importante para amenizar a situação de vulnerabilidade das famílias de pescadores, compensando ou minimizando o saldo negativo dos períodos de maus resultados econômicos na pesca.

Constatou-se que 90% dos entrevistados apontaram problemas relacionados com a gestão do PARNA Superagui. A questão central é a impossibilidade de acesso e uso do território tradicional no PARNA restringindo práticas tradicionalmente constituídas pelos ocupantes do território desde fins do século XIX.

Existe um grupo que reivindica ainda essa questão, porém a maioria dos moradores quer investimentos no Turismo para ter pousadas ou camping. No entanto a capacidade de água potável é insuficiente, no verão quando o fluxo de turista é maior, falta água na ilha, pois a captação da água desde uma pequena cachoeira, cuja vazão é limitada, não consegue suprir os moradores e os turistas. Novas propostas que estão inclusas no Plano de Manejo buscam alternativas como a captação de água da chuva, armazenando água em cisternas, essa ação a princípio resolveria o problema, podendo ser constatado depois de sua implementação.

Dentro da legislação de uma UC Federal existe o impedimento de manejar roças, de realizar coleta de madeira para a construção de ranchos, estivas ou redes e da coleta de samambaia *Dicksonia sellowiana* e veludo ou musgo (*Cladonia sp*), conforme pode ser observado na Figura 10. Entretanto a vila da Barra do Superagui, que está localizada no entorno do PARNA, exatamente na divisa dos limites ampliados pela Lei N° 9.513 em 1997 e aplicada pelo ICMBio. Contudo por estarem localizados as margens da divisa do PARNA, a fiscalização é mais rígida, inibindo as práticas tradicionais.

Nas observações de campo foram identificados quintais agroflorestais, em torno das casas, com espécies para temperos, plantas medicinais, hortaliças e frutíferas de pequeno porte. Foi relatado a grande importância dos cultivos domiciliares, realizados pelas mulheres. Ficou evidente a alegria e importância cultural e medicinal dessas espécies cultivadas no entorno das casas, assim como a troca dos cultivos, com vizinhos e parentes.

Considerando esse arranjo social, a legislação brasileira por muito tempo teve dificuldades de conceituar e estipular normas de conservação e delimitação territoriais, propor os zoneamentos das áreas de forma adequadas com a realidade, assim como conciliar os *stakeholders* (atores sociais, gestores, sociedade civil) envolvidos no entorno e dentro das Unidades de Conservação (JENTOFT, 2003). Houve uma longa trajetória para a construção e definição da legislação ambiental e o zoneamento que na maioria dos casos excluem a concepção dos atores e seus territórios.

Entende-se, que esses limites devem ser reestruturados, bem como as leis que disciplinam as ações em unidades de conservação, buscando-se sensibilidade dos legisladores e cientistas para a manutenção das comunidades tradicionais, em favor da nova realidade socioambiental do Brasil (VIEIRA, 2010).

Os dados obtidos na pesquisa apontam os problemas e conflitos da atividade pesqueira, que refletem na proposição de práticas já não tão comuns como alternativas de renda ou subsistência, tais como a coleta de samambaia ou musgo Foto 10 ou a ainda a produção de roças, que também faziam parte do modo de vida dos pescadores artesanais. No entanto jovens entrevistados, não relataram interesse em executar essas práticas. Deste modo as gerações presentes vêm perdendo a motivação que é acionada pela observação e exemplo, devido as restrições do PARNA.

A impossibilidade de práticas extrativistas, como por exemplo, a retirada de recursos florestais para uso como madeira, da área do PARNA para as atividades de pesca ou para reformar ou consertar uma casa ou um rancho, tem sido uma das maiores responsáveis pela insatisfação e desconforto dos pescadores do entorno do PARNA. Mas, não são as únicas fontes dos conflitos nesse território.

Nesse contexto as técnicas Agroecológicas como o manejo Agroflorestal poderiam ser uma proposta a utilizar para resolver estes impasses de ordem legal e socioambiental, bem desenvolvidos em outras comunidades como em Guaraqueçaba (PR). Segundo está prática agroflorestal se torna possível à retirada racional dos recursos repondo as espécies em maior número, como por exemplo, se retirou uma palmeira para extração do palmito, planta-se 10 mudas para compensação. Outro exemplo de manejo é da pesca do camarão na época da desova.

Outra restrição é a construção de moradias, mesmo estando no entrono é necessário autorização do Instituto Chico Mendes (ICMBio) que, geralmente, demora muito para ser concedida ou acaba não sendo liberada. Por vezes, segundo os pescadores, quando se faz alguma construção sem autorização, o pescador é multado.

Atualmente as construções estão sendo organizados pelo ICMBio. Quando um casal de jovem se casa na ilha do Superagui, eles podem escolher uma área no entorno e construir uma casa, após a liberação do ICMBIO. Essa construção fica sobe responsabilidade do Morador, o qual arca como todos os custos, inclusive o frete para trazer os materiais.

Políticas do Ministério da Pesca e Aquicultura foram desenvolvidas para serem aplicadas aos pescadores cadastrados no Ministério. Estes, que recebem um salário mínimo por mês durante o defeso do camarão, mas que muitas não se equivalem financeiramente ao período trabalhado.

Além dos problemas relativos à pesca e ao acesso e uso do território do PARNA, foram relatados outros problemas, como por exemplo: ausência de coleta de lixo na Ilha e a falta de medicamentos no posto de saúde. A prefeitura de Guaraqueçaba é a responsável por essa coleta, mas os moradores relatam que eles quase não aparecem na vila e que existem funcionários concursados para trabalhar na vila, porém estes nunca apareceram. O Posto de saúde também não tem medicamentos, assim, quando alguém fica doente é necessário o deslocamento até a cidade de Guaraqueçaba ou a Paranaguá, e somente por barco, segundo depoimentos de moradores.

### 3.3 Problemas de saneamento básico e captação de água

O Rio do Lesbom passa no meio da vila de pescadores. Possuía um seguimento há muito tempo, que desaguava na ponta leste da ilha, mas devido ao fluxo das marés, ao aumento da população e ocupação nas margens do rio, uma parte dele foi assoreado e fechado para impedir que a maré subisse e chegasse às casas. Com essa obstrução do fluxo natural das marés, que ligava o mar através do leito do rio teve como consequência danosa o acúmulo de água doce no mangue, ocasionando a morte das espécies arbustiva do mangue, por não tolerar ambientes exclusivos (ou com predominância) de água doce (Figuras 12 e 13).



Figura 12. Morte da Vegetação do Mangue devido à falta de água salobra.  
Fonte: KRIEGEL. R, 2014.



Figura 13. Morte da Vegetação do Mangue devido à falta de água salobra.  
Fonte: KRIEGEL. R, 2014.

Outro agravante socioambiental é o esgoto das casas que é despejado diretamente no rio, sem nenhum tratamento básico. A água fica parada, dejetos



sólidos como plásticos, vidros, garrafas são jogados no rio, o qual está passando por um processo de eutrofização<sup>28</sup>.

Existe o acompanhamento do ICMBio, na busca da conscientização ambiental nas escolas. Esse processo é lento sendo trabalhado com as novas gerações, em eventos de mutirão de limpeza, e, principalmente, na alta temporada de verão.

Na época da alta temporada existe um significativo aumento da população na vila, chega a acabar a água. A fonte de abastecimento de toda a comunidade/vila provém de uma cachoeira, impossibilitando tecnicamente o bombeamento para áreas mais distantes. Constatou-se que na ilha do Superagui não existem sistemas de captação de água de chuvas apesar de a região ter um alto índice pluviométrico o qual está bem distribuído ao longo de todo o ano. O ICMBio relatou que após o término dos estudos para implantação do plano de manejo, pretende melhorar a infraestrutura das pousadas e *campings*, assim como buscar alternativas para demanda sanitária que é de extrema importância.

Através da análise dos dados na pesquisa, constatou-se que os territórios rurais<sup>29</sup> ultrapassam os aspectos de paisagem e exercem diferentes funções em níveis socioeconômicos e ambientais em uma escala de tempo. No caso dos pescadores da Barra do Superagui, a pesca é a principal atividade econômica, mas com a diminuição dos recursos pesqueiros, a grande maioria se dedica ao turismo na alta temporada, trabalhando nas pousadas de forma direta ou indireta, fator positivo que uma vez organizado, pode fortalecer o turismo de base comunitária.

Com relação aos jovens entrevistados (na faixa etária de 15 a 25 anos), 100 %, de um total de 80 entrevistados, respondeu quando lhes foi perguntado acerca do reconhecimento de sua identidade territorial, que se

---

<sup>28</sup> Acúmulo de matéria orgânica na água, produzindo algas Azuis que reduzem a quantidade de Oxigênio Dissolvido, desequilibrando o meio aquático e biótico.

<sup>29</sup> Abramovay (1998), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados.

reconheciam como filhos e netos de pescadores, contudo, expressaram que esperam que seus filhos não sejam pescadores e que tenham outras oportunidades de trabalho e estudo. Apontaram o trabalho da pesca e agricultura como atrasado, sofrido, tanto pela falta de pescado nos últimos anos como pela dificuldade e impossibilidade do manejo das roças no PARNA.

O turismo de base comunitária foi apontado nas entrevistas quantitativas e qualitativas unanimemente como alternativa real para a comunidade poder gerar renda. O entrave na perspectiva dos moradores é apenas a conclusão do plano de manejo do PARNA, para direcionar as ações e esforços. Os atores buscam priorizar a capacitação e organizar a infraestrutura a fim de atender a demanda turística (Mapa 4 e Figuras 14 e 15).



Mapa 4 : Mapa do Turismo em Guaraqueçaba 2011.  
Fonte: Cooperativa de ecoturismo em Guaraqueçaba.



Figuras 14 e 15. Pousadas na vila.  
Fonte: KRIEGLER. R, 2014.

Nos últimos três anos aumentaram cerca de 100% os *campings* e pousadas, devido à demanda e investimentos dos moradores (Relações das Pousadas e Camping no Apêndice C).

Dentro das perguntas abertas nas entrevistas 100% dos entrevistados apontou a vontade de ter uma pousada, camping, buscando atividades que complementam a renda familiar, trabalhando em alguma atividade relacionada ao turismo<sup>30</sup>.

Para Dias (2003), o ecoturismo não é somente um passeio guiado em meio ao ambiente natural, e sim constitui uma nova concepção da atividade, que tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo em que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um território unido à prática turística.

É importante citar que o ecoturismo enquanto produto turístico é realmente diferente, pois agrega valor à sua matéria prima (atrativo natural ou cultural) no contexto ambiental e sociocultural. O visitante consciente da problemática de sustentabilidade do planeta valorizará e desfrutará em sua exata extensão.

### **3.4 Gestão participativa no PARMA Superagui**

Analisando a gestão do PARNA pelo acompanhamento, durante os meses das atividades no polo base do ICMBio na vila da Barra o Superagui, ficou constatado que o ICMBio busca conciliar o interesse da comunidade, aplicando os métodos participativos e tentando promover um diálogo. Mas, por diversos fatores sociais e estruturais o ICMBio, não consegue avançar no objetivo de implantar a gestão integrada nas outras comunidades e nas outras UC do mosaico, devido ao número reduzido dos funcionários por falta de

---

<sup>30</sup> Para a Organização Mundial de Turismo (2003) o ecoturismo é uma forma de turismo baseada na natureza, com grande ênfase na conservação do meio ambiente, incluindo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, ressaltando a importância da educação do turista quanto ao meio ambiente e ao modo de conservá-lo.

concurso, falta de fiscalização nos limites e as restrições ambientais que aumentam o conflito não sendo o ICMBio bem visto pela comunidade (Figura 16).

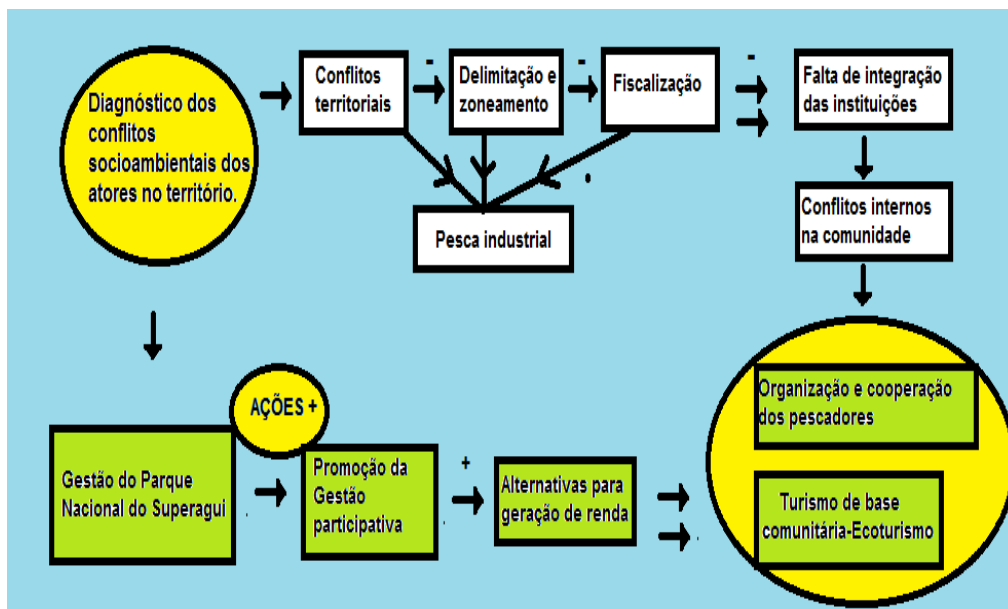


Figura 16. Fluxograma proposto que condensa os caminhos e análises da pesquisa, 2015.  
Fonte: Resultados de campo 2014.

O diagrama exemplifica os caminhos tomados na pesquisa, onde em verde demonstra as ações positivas da gestão do ICMBio no PARNA. Em branco demonstra os conflitos diagnosticados que de certa forma causam impacto a conservação dos recursos naturais e impossibilitam ações integradas entre os atores.

O resultado das entrevistas apontou que 70% dos moradores tem certo incômodo com as instituições responsáveis pelas UC, gestão de prefeituras entre outros órgãos, no sentido de suas restrições e falta de cooperação. No entanto no sentido de conservação do território, apontam que se o Parque não fosse criado e implantado a Barra do Superagui já estaria tomada pela especulação imobiliária, como a Ilha do Mel e Peças, onde existem moradores de fora da comunidade, que compraram casas e terrenos e construíram enormes sobrados e atracadouros para barcos. Esse fato demonstra que as políticas públicas em geral beneficiam uma pequena fatia da sociedade, onde a grande maioria permanece nas margens sendo penalizada pelas normas vigentes.

### 3.5 Procurando entender o fenômeno e seus processos

Buscando uma análise e reflexão dos dados obtidos em campo, nesse emaranhado de conexões socioambientais, legislações e os atuais conflitos no território, o estudo elegeu alguns autores para embasar a discussão no intuito de fortalecer o entendimento do estudo de caso.

Esses conflitos internos acabam barrando muitos processos, pois cada indivíduo possui diferentes maneiras de se relacionar e acionar sua cooperação no grupo, os mecanismos de inserção são diferentes para cada caso, e muitas vezes atores omitem a responsabilidade de participação no processo de construção nas tomadas de decisões (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992).

Para FLIGSTEIN (1997) a importância de acionar as habilidades sociais<sup>31</sup>, na busca das ações coletivas, visando o benefício para grupo. É com base nessa capacidade que se constroem ordens locais que serão decisivas no funcionamento das organizações e, em particular, dos mercados e objetivos em comum.

Putnam (1996) fortaleceu essa teoria trazendo reflexões sobre a literatura *cultura lista* do capital social. Esse pensamento evidencia nas ordens de organização social as relações de confiança e coletividade, na busca de alianças e metas conjuntas.

Putnam (1996) destaca ainda a experiência do crédito rotativo e sua organização econômica para a superação dos dilemas na ação coletiva dos atores na Itália. No caso em estudo, os atores muitas vezes não entram em acordo em suas reivindicações, por falta de organização, de representatividade nas reuniões e a falta de confiança entre componentes do próprio grupo, elemento básico para acionar o capital social e seus benéficos.

Essas alianças muitas vezes são difíceis de estabelecer a cooperação entre os atores, necessariamente já trás um conflito. Como cada sujeito possui recursos e meios diferentes para se inserir em uma relação social de cooperação, a desigualdade de condições entre os atores é inevitável, e pode

---

<sup>31</sup> Mecanismos internos capazes de induzir, de obter a cooperação alheia.

se manifestar na influência desigual sobre aquilo que a cooperação põe em jogo, ou ainda sobre o usufruto desigual dos resultados obtidos com a relação (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992).

Nesse sentido os diferentes subgrupos formados na vila da Barra vivem conflitos por natureza, assim como os diferentes grupos religiosos que influenciaram na cultura local, as diferentes associações e atores isolados dos processos, os grupos de jovens que buscam outros objetivos, acabam divergindo dos interesses coletivos, não promovendo um consenso de suas propostas.

Esses sujeitos principalmente os mais velhos ainda guardam na essência à vontade de manter suas práticas tradicionais, para poderem passar esse conhecimento para às futuras gerações, independente dos novos interesses promovidos pela globalização.

Nessa pesquisa o conhecimento tradicional foi entendido como um conjunto de práticas e manejos que seguem motivações culturais, transmitidas oralmente, assegurando a reprodução do seu modo de vida. Esse modo de vida possui curiosidade científica capaz de realizar experimentos controlados, podendo quantificar fenômenos e usar métodos de interferência e reflexão.

Para Lévi-Strauss (1989), cada uma das técnicas agrícola, da domesticação dos animais, da pesca, já usadas no neolítico não foram obras do acaso, mais sim, séculos de observação ativa e metódica. Fica evidente que a função territorial ambiental no componente social nesse caso o pescador pode ser desenvolvida através do plano de manejo que se espera ser implantado para o cenário atual sociopolítico.

Dentro desses fundamentos e possibilidades, as práticas agroecológicas se adaptam nas restrições das unidades, onde o manejo dos agroecossistemas é realizado de forma científica, consciente e sustentável, promovendo a manutenção ambiental. Essa possibilidade tecidas entre os elementos das políticas analisado como o PLANAPO, bem como entre outros sistemas internos ou locais como cooperação dos sujeitos, possibilitam um arranjo social de dimensão privilegiada, voltadas para a recriação institucional e a aprendizagem social transformadora (VIEIRA, 2005).

Para proporcionar melhor gestão em áreas envolvendo comunidades tradicionais e UC é necessário aprofundar os estudos sociais nessas comunidades. Por muito tempo os trabalhos realizados com comunidades pesqueiras eram relatados com abordagens geográficas ou históricas. Nas últimas décadas a etnociência, etnoecologia ganharam espaço e voz nos campos da ciência, assim como a Agroecologia.

Para Graziano (2001) é necessário acionar e instrumentalizar a organização dos atores, resgatando essas práticas, envolvendo os atores sociais no processo participativo, para aflorar sua identidade territorial.

Favareto (2010) adverte que o desenvolvimento local rural, depende da interação entre as escalas políticas, municipais, estaduais e nacionais, para que aconteçam esforços conjuntos na direção de ações que sejam de acordo com a realidade local do território e de sua identidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O território onde está inserido o PARNA Superagui é de extrema relevância Ambiental, tanto para manutenção das espécies costeiras e marinhas, como para as comunidades que dependem diretamente e indiretamente dos pescados e do turismo.

A Vila da Barra do Superagui e seus atores passam por um momento de transformação, além dos conflitos diagnosticados nessa pesquisa. Foi finalizado pelo ICMBio o estudo prévio para implantação do Plano de Manejo, esse fator desencadeará nossas configurações e arranjos sociais em um futuro breve.

O presente estudo confirma a necessidade da intervenção das instituições responsáveis, onde em um mosaico de unidades de conservação, a gestão deve ser integrada, participativa e compartilhada ultrapassando fronteiras geográficas e institucionais dos municípios e Estados.

As ações devem convergir para conservação ambiental, buscando novos paradigmas para realidade atual, onde os princípios agroecológicos podem contribuir para organização e construção de novas formas de manejo. O PLANAPO é uma política pública atual, organizada por 17 ministérios, esse fato traz à tona a necessidade de aplicar ações de forma conjunta, avaliando o cenário atual dos territórios, possibilitando que novas intervenções sejam personalizadas, para que as diretrizes, objetivos as metas contemplem a realidade local.



## REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: Reforma Agrária - **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28. n. 1. Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. 1998. Disponível em: <[http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Agricultura\\_familiar.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Agricultura_familiar.pdf)>. Acessado em: 27 jul. 2014.

ANDRIGUETTO FILHO, J.M. 1999, **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná. 242p.

\_\_\_\_\_. Das “dinâmicas naturais” aos “usos e conflitos”: Uma reflexão sobre a evolução epistemológica da linha do “costeiro” **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 187-192, 2004.

BEHR, M. Von. Guarakessaba - Paraná, Brasil - Passado, Presente e Futuro. 1 ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.

BOUTIN, L.W.M. **Revista Itiberê**, Paranaguá, n.10, p. 37. 1996.

BOUTIN, L. Superagüi. Separata de: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**, Curitiba, n. 40, 1983.

BRASIL, 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, Diário Oficial da União. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica**. Ministério do desenvolvimento Agrário. Brasília, 2013.

CORRÊA, M.F.M.; LEMOS, P.H.B.; AGUIAR, C.R.Z. **A Pesca artesanal da tainha no litoral do estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura:Universidade Federal do Paraná, 1993.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**. São Paulo: Altas, 2003.

DIEGUES, A.C.S.A. A pesca construindo a sociedades: Leitura da antropologia marítima e pesqueira. Núcleo de apoio à pesquisa sobre a população humana e áreas úmidas Brasileiras-USP, 2004.

DIEGUES, A.C. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras**. São Paulo: USP-NUPAUB, 1988. 37 p. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 5.

DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente tradução de João Alves dos Santos. Revisão de Suely Bastos, Coordenação editorial de Antônio Chistofolletti. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DURIEUX, E. **La Famille Durieu(x)**. Ed. Wunderlich. Curitiba, PR, 2001.

EMBRAPA/CPATU Belém:, 1998. SCHÖNHUTH, M.; KIEVELITZ, U. Diagnóstico rural rápido, diagnóstico rural participativo, métodos participativos

de diagnóstico y planificación en la cooperación AL desarrollo: una introducción comentada. Eschborn: GTZ, 1994.

FAVARETO, A.F.A. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / Arilson Favareto... [et al] - Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

FLIGSTEIN, N. Fields, Power, and Social Skill: A Critical Analysis of The New Institutionalisms. Berkeley: University of California Press, 1997. Disponível em: <http://www.irle.berkeley.edu/culture/papers/Fligstein3.pdf> . Acesso em: 07/2014

GARROTE, V. **Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty-RJ.** Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo, 2004.

GRAZIANO, J.; MARC, J.B. *Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento* debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

GARRISON, T, 1942 Fundamentos de Oceanografia / Tom Garrison – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

HAUER, N. J. **As relações socioambientais em unidades de conservação de proteção integral – o caso do parque nacional do superagüi.** Monografia apresentada para obtenção do grau em bacharel em Direito: Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

ICMBio - Projeto de Monitoramento da Pesca artesanal no Litoral do Paraná, 2011.

\_\_\_\_\_ - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Unidades de conservação: planos de manejo / decretos de criação.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/> . Acesso em: 15 de Outubro de 2014.

JENTOFT, S. Co-management - The way forward. *In*: Wilson, D.C., Nielsen, J.R e Degnbol, P. (eds.). **The fisheries co-management experience: Accomplishments, challenges and prospects.** Dordrecht: Kluwer Academic Publisher. 2003.

LADEIRA, M. I. **Os índios Guarani e as Ilhas do Paraná.** Centro de Trabalho Indigenista, 1990. Relatório técnico.

LÉVI-STRAUSS, C. 1989. O pensamento selvagem. Cia Editora Nacional. São Paulo.

MIGUEL, L.A. **Formation, évolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (litoral nord de l'État du Paraná).** Tese de Doutorado. INA-PG.Paris,1997.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C.de S. (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 09 – 29

**MMA – Ministério do Meio Ambiente. Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros: Panorama da conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil**. Brasília: MMA/SBF/GBA, 2010.

PILETTI, N. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PIRES, A.A. **Os resíduos sólidos no Parque Nacional do Superagui**. Monografia apresentada para obtenção de grau em Especialização em Geografia e Meio Ambiente. Instituto Superior do Paraná – ISUPAR, 2014.

PUTNAM, R.D. Capital social e desempenho institucional. In Comunidades e democracia a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp.173-194.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigações em ciências sociais**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1992.

RODERJAN, C.V.; KUNIYOSHI, Y. **Macrozoneamento Florístico da Área de Proteção Ambiental-APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: FUPEF, 1988. Série Técnica n.15.

SCHERER, E. **Michaud: o pintor de Superagui**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1988.

SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de conservação**: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª edição ampliada.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação / José Eduardo Ramos Rodrigues; prefácio Édis Milaré- São Paulo :Editora revista dos Tribunais, 2005.

TERLUIN, I.J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.

TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. **Fundamentos em ecologia** Tradução Gilson Rudinei Pires Moreira... [et al.]. - 2ª. ed.- Porto Alegre: Artmed, 2006. 592 p;

UICN. **Parques y Progreso**. Washington, 1993.

VIEIRA, F.P. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: Subsidio para uma politica de fomento organizadores - 488, Grafs, Florianópolis: APED: Secco. 2010.

VIEIRA, P.H.F. 2005. **Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento**. In: Vieira, P.H.F., Seixas, C.S. e Berkes, F. (orgs.). *Gestão Integrada e Participativa de recursos naturais*. Florianópolis: APED. p. 333-377.

VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu Município**. Curitiba: Museu Paranaense, 1850.

VIVEKANANDA, G. **Parque Nacional do Superagüi**: a presença humana e os objetivos de conservação. Curitiba, 2001, 103 f. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná.

## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO UTILIZADO PARA ENTREVISTAR AGRICULTORES ECOLÓGICOS.**

Para dar seqüência aos levantamentos das experiências e iniciativas populares (e do Poder Público) de desenvolvimento rural baseado na sustentabilidade dos agroecossistemas no Parque Nacional do Superagui-PR, desenvolvemos um instrumento para coleta dos dados fundamentais dos produtores ecológicos.

O presente questionário objetiva obter uma ampla visão, e em detalhes, das ações dos agricultores/Pescadores da Vila d Barra do Superagui, localizada no entorno do PARNA Superagui. Na verdade, ao fim da aplicação deste instrumento, será possível ter o diagnóstico da comunidade (grupos, famílias, indivíduos) em seus potenciais e suas realizações no manejo e coleta dos recursos disponíveis. O indicador fundamental para participar da pesquisa foi o de estar ligado a um dos grupos ecológicos organizados, já atuantes na Vila da Barra do Superagui. O pressuposto de agricultor ecológico é aquele que está descrito no Referencial Teórico. Nesta fase não contamos com os informantes técnicos da EMATER ou Secretários de Agricultura.

Durante os procedimentos de coleta de informações e das entrevistas, fizemos o registro (através de fichas) com informações básicas das experiências: nome, contato, ano de início, descrição, objetivos, resultados e articulação em rede. Quando foi o caso, também registramos as iniciativas de desenvolvimento local no âmbito da agricultura ecológica patrocinadas pelos governos municipal e estadual, realizados pela EMATER-PR.

**Identificação do produtor:**

1. Nome:
2. Idade:
3. Origem: Município..........
  - a. Zona rural ou urbana ?
  - b. Nome da Comunidade em que se localiza a propriedade:   ?
4. Local de residência: na propriedade  ou na zona urbana  ?
5. Tempo de residência:
6. Estado civil:
7. Tipo de arranjo familiar. Tamanho da família e, 
  - a. em caso de filhos, verificar a idade.
8. Grau de escolarização:
9. Condição do produtor: Proprietário  ? Arrendatário ?
10. Em caso de proprietário, tem apenas uma propriedade?
  - a. Se sim, qual é o tamanho total:
  - b. e da área efetivamente produtiva?
  - c. Se têm mais de uma, qual é o tamanho de cada propriedade?

**A. Condições em termos de infra-estrutura e de produção –**

- Caracterização e localização da (s) moradia (s) na UPA

1. Acesso à infra-estrutura: rodovias pavimentadas , rgia elétrica   
, água de pd  telefonia \_\_\_\_\_
2. Tipo de mão-de-obra utilizada na UPA:  
membros da família (quantos e em quais fases/tarefas);  
Trabalhadores permanentes (idem e forma de pagamento)  
trabalhadores temporários (idem forma de pagamento),  
ajuda mútua (idem)
4. Meios (equipamentos) de trabalho.
5. Acesso ao crédito rural para a produção orgânica e a convencional:  
De que tipo?  
Em qual agência bancária?  
Em caso de PRONAF: valor,  
prazo e condições de pagamento,  
grupo a que pertence.
6. Faz parte de associação de produtores , cooperativa  e sindicato rural.   
Qual?  
Desde quando?  
Por que?  
Benefícios e problemas dessas formas de ação coletiva.

**B. .Iniciação e capacitação em agriculturas ecológicas – AAE:**

1. Como começou;
  - Quando e por que?
  - Quem ou qual instituição o estimulou?
  - De que forma?
2. Houve acesso ao crédito rural no período de transição? Se sim, de quanto?
3. Especialização produtiva;
4. Produção paralela (orgânica  e convencional );
5. Área e quantidade com a produção orgânica
6. Área e quantidade com a produção convencional
7. Avaliações particulares do novo sistema produtivo em relação ao desenvolvimento, a produtividade e as questões ambientais e de sanidade vegetal e dos consumidores.

**C. Renda familiar advinda da agricultura:**

- a. Quanto representa (%) em relação ao total da renda familiar?
- b. da produção agroecológica (em termos de salários mínimos)

c. da produção convencional (idem)

D. Renda familiar não agrícola.

- a. Qual é fonte desta renda?
- b. Ela equivale a quantos salários mínimos?
- c. Ela é exercida por quem?
- d. Em que período (s)?
- e. Em que local/município?
- f. Como essa renda é gasta (na propriedade? Para uso pessoal?)
- g. Quanto ela representa (%) em relação ao total da renda familiar?

E. Aposentadoria: há aposentados na família?

- a. Quantos?
- b. Qual é o valor da aposentadoria?
- c. Ela é utilizada para qual finalidade?
- d. Quanto ela representa (%) em relação ao total da renda familiar?

F. Relações com agricultores não-ecológicos.

G. As redes de solidariedade e sócio-técnicas.

**H. Forma e uso de tecnologias de produção agroecológica:**

Indicadores	Sim	Não	Obs
Uso de sementes ecológicas			
Controle biológico natural de pragas e doenças			
Multiplicação das sementes crioulas com características apropriadas aos sistemas de cultivo agroecológico			
Manejo ecológico do solo			
O lixo produzido na UPA é tratado?			
E a água (em caso de haver rios ou córregos na propriedade)			
Redes distribuidoras/ comercialização dos produtos orgânicos.			
Certificadora / acreditadora para os produtos orgânicos			
Nome			
Custos			

I. Culturas permanentes e culturas temporárias.

Produto	quantidade	receita	Importância para a UPA

## APÊNDICE B

### ENTREVISTA COM MORADORES DA COMUNIDADE DA BARRA DO SUPERAGUI – DIRIGIDA PARA O PÚBLICO MAIS JOVEM

O questionário contém perguntas abertas e fechadas buscando qualificar e quantificar as respostas.

O objetivo do questionário é fazer um recorte dos cenários e perspectivas presentes e futuras dos jovens que moram na Vila da Barra do Superagui. O objetivo geral é ter um direcionamento para as ações que contribua para o desenvolvimento local dessas futuras gerações, seja para reorganizar ou e capacitar os atores.

#### **GÊNERO:**

MASCULINO (        )        FEMININO (        )

#### **IDADE:**

#### **ESCOLARIZAÇÃO:**

ENSINO FUNDAMENTAL (        )

ENSINO MÉDIO INCOMPLETO (        )

ENSINO MÉDIO COMPLETO (        )

ENSINO PROFISSIONALIZANTE (        )

ENSINO SUPERIOR (        )

OUTRO (        ) QUAL?

#### **PROFISSÃO:**

#### **COMO VOCÊ DEFINE SEUS AVÓS? E SEUS PAIS?**

PESCADORES (        )

AGRICULTORES (        )

CARPINTEIRO/PEDREIRO (        )

ARTESÃO (        )

FUNCIONÁRIO PÚBLICO (professor, correio, vereador, funcionário de órgão público) (        )

MICROEMPRESÁRIO (dono de pousada, barco de transporte, restaurante, bar, camping) (        )

TRABALHADORES DA ZONA URBANA (trabalhos em Paranaguá) (        )

OUTRO (        ) QUAL?

#### **COMO VOCÊ SE DEFINE?**

PESCADOR (        )

AGRICULTOR (        )

CARPINTEIRO/PEDREIRO (        )

ARTESÃO (        )

FUNCIONÁRIO PÚBLICO (        )

MICROEMPRESÁRIO (        )

TRABALHADOR DA ZONA URBANA (        )

ESTUDANTE (        )

PILOTO DE BARCO (        )

OUTRO (        ) QUAL?

#### **O QUE VOCÊ ESPERA QUE SEU FILHO SEJA?**

PESCADOR (        )

AGRICULTOR (        )

CARPINTEIRO/PEDREIRO (        )

ARTESÃO (        )

FUNCIONÁRIO PÚBLICO (        )



MICROEMPRESÁRIO ( )  
TRABALHADOR DA ZONA URBANA ( )  
OUTRO ( ) QUAL?

**O QUE DESEJA REALIZAR FUTURAMENTE?**

TRABALHAR NA PESCA ( )  
TRABALHAR NA AGRICULTURA ( )  
TRABALHAR COMO ARTESÃO ( )  
TRABALHAR COM TURISMO ( )  
TRABALHAR NO RAMO DE CONSTRUÇÃO ( )  
TRABALHAR COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO ( )  
ESTUDAR ( )  
TRABALHAR NA ZONA URBANA ( )  
OUTRO ( ) QUAL?

**QUAIS SÃO OS IMPEDITIVOS PARA QUE ISSO ACONTEÇA?  
COMO VOCÊ DEFINE A COMUNIDADE ANTES DO PARQUE?**

MELHOR

PIOR

MESMA COISA

**COMO VOCÊ DEFINE A COMUNIDADE ATUALMENTE?**

**COMO VOCÊ ACHA QUE SERÁ A COMUNIDADE NO FUTURO?**

## Apêndice C

<b>Relação das Pousadas da Barra do Superagüi:</b>		
<b>Nome da Pousada:</b>	<b>Responsável:</b>	<b>Telefone:</b>
1.Pousada Akdov	Laurentino	3482 7158
2.Pousada Araújo	Reginaldo	3482 7126
3.Pousada Bella Ilha	Herundino de Ramos	3482 7123
4.Pousada Brilhante	Arlindo	3482 7112
5.Pousada da Carla	Mauricio	3482 7161
6.Pousada Centauro	Badejo	34827164
7.Pousada Chauá	Cida	34827144
8.Pousada Costa Azul	Ailton	3482 7136
9.Pousada Crepúsculo	José Pires	3482 7135
10.Pousada Estrela D'Alva	Mirtes Custódio	3482 7121
11.Pousada Golfinho	Nagib	3482 7126
12.Pousada Horizonte	Ari	3482 7172
13.Pousada MagalMar	Eraldo Squenine	3482 7115
14.Pousada Michaud	Roberto André	3482 7120
15.Pousada Nativa	Cezar	3482 7131
16.Pousada Oceano	Marisa	3482 7119
17.Pousada Praia Mar	Antonio Ramos	3482 7120
18.Pousada Sobre as Ondas	Carioca	3482 7118
19.Pousada Superagüi	Adalton	3482 7149
20.Pousada Verde Mar	Amarildo	3482 7112
<b>Relação dos Camping da Barra do Superagüi:</b>		
<b>Nome do Camping:</b>	<b>Responsável:</b>	<b>Telefone:</b>
1.Camping Aventura	Rubens	34827134
2.Camping Tropical	Osni Silvano	3482 7138
3.Camping Michaud	Abgail	
4.Camping Natanael		3482 7125
5.Camping do Pacheco	Luís	

**Anexo 1:****MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE****INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO  
DA BIODIVERSIDADE - ICMBio****FLORESTA NACIONAL DO AÇUNGUI****RELATÓRIO TÉCNICO****1 Introdução**

Conforme proposto na Ordem de Serviço n. 02, de 25 de março de 2010, da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP), foram realizadas reuniões junto a comunidades de pescadores artesanais da Ilha do Superagui e de ilhéus do Rio Paraná, visando a identificação de conflitos ou problemas vivenciados por estas comunidades que tenham relação com o PARNA Superagui, a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e o PARNA de Ilha Grande.

Estas reuniões haviam sido demandadas pelas comunidades citadas e agendadas pela Coordenação do Macroprocesso de Gestão Socioambiental, para o período entre 26 e 29 de março de 2010. De acordo com esta Coordenação, entretanto, em função de imprevistos, não houve como viabilizar a participação de coordenadores da mesma, nestas reuniões, motivo pelo qual foi emitida Ordem de Serviço a este servidor.

No dia 26 de março, foi realizada reunião junto aos pescadores artesanais da Ilha do Superagui. Participaram da reunião, além de pescadores artesanais, assessores técnicos da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Infelizmente, em função do curto período de tempo entre a emissão da Ordem de Serviço e as reuniões, não foi possível articular a presença da equipe de servidores do ICMBio, vinculados ao PARNA Superagui

Assim, limitamo-nos, na reunião, a colher os relatos dos conflitos/problemas, por parte das comunidades, a fim de relatá-los à Coordenação do Macroprocesso de Gestão Ambiental e à equipe da UC, visando uma avaliação conjunta das questões apresentadas e uma articulação mais ampla de encaminhamentos, considerando que a responsabilidade desta gestão é justamente destas instâncias. Esta proposição foi deixada clara, ao início da reunião.

### **1. Conflitos/problemas identificados por pescadores artesanais da Ilha do Superagui**

O PARNA Superagui foi criado em 1989 e ampliado em 1997. Atualmente apresenta área de 33.988 hectares. Parte das vilas de pescadores estão dentro do Parque, e parte no entorno.

Participaram da reunião, realizada na comunidade da Barra do Superagui, no dia 26 de março de 2010, 16 pescadores artesanais, além de Dimas Pereira e Taisa Silva, da Rede Puxirao de Povos e Comunidades Tradicionais e Walter Steenbock, do ICMBio (lista de presença em anexo),

Após a apresentação dos participantes e da proposta da reunião, foi solicitado que fossem relatados os problemas vivenciados pelas comunidades, que tinham, de alguma forma, relação com a existência ou a gestão do PARNA Superagui. Ao final, os pescadores artesanais repassaram diversos documentos, referenciados ao longo deste texto e anexados, que contribuem para o detalhamento das questões apresentadas.

O problema mais comentado e considerado de maior importância está relacionado com a ameaça à manutenção da atividade da pesca artesanal. Diferentes elementos vêm contribuindo de forma conjunta, segundo os pescadores, para esta ameaça. Um deles está relacionado à impossibilidade da pesca em grande parte da região historicamente utilizada, ou seja, dentro dos limites da primeira milha náutica (1852 m a partir da linha de praia). Segundo os pescadores, de acordo com a Instrução Normativa (IN) n. 29/2004, do MMA, esta região não pode mais ser utilizada para pesca, na forma que ela vem sendo praticada.

Esta impossibilidade legal, entretanto, não tem sido limitante, de acordo com os relatos, para que grandes barcos pesqueiros venham a praticar a pesca de arrasto dentro dos limites da primeira milha e, muitas vezes, bem próximo a praia. Segundo os pescadores, esta situação é recorrente, sendo raras as vezes que se tenha identificado alguma fiscalização sobre estes barcos. Os pescadores relatam que, atualmente, é a Força Verde, vinculada à Polícia Militar do Paraná, o órgão que mais atua na fiscalização à pesca nesta região. Entretanto, de acordo com os pescadores, por mais que se denuncie a presença destes barcos próximo à costa, quando a Força Verde chega, os barcos de pesca já não estão mais no local. Atribui-se esta “fuga”, em parte, a hipótese de que, por serem estes barcos dotados de radar, possam eles identificar, de antemão, a chegada dos barcos da Força Verde.

Por outro lado, os pescadores relatam que, mesmo sendo a Força Verde pouco efetiva na fiscalização da atividade de grandes barcos de pesca industrial, têm sido frequentes as autuações sobre a pesca artesanal. Diferentemente dos barcos da pesca industrial, as embarcações dos pescadores artesanais não são dotadas de radar ou equipamentos de posicionamento geográfico (GPS), tornando difícil até mesmo ter-se certeza se o barco está ou não dentro dos limites da primeira milha, visto que não há nenhuma sinalização da mesma. De fato, já houve vários casos de autuações de pesca artesanal em distâncias entre 1600 e 1852 m da costa, conforme detalhado em denúncia formalizada pela Comissão de Pescadores Artesanais da Barra do Superagui e pela Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais a Promotoria de Justiça da Comarca de Antonina, em 5 de março de 2009.

Nesta situação, é importante notar que, para os pescadores artesanais, o impacto de uma multa ou apreensão pode refletir, definitivamente, na exclusão da condição de pescador artesanal, conforme os relatos colocados.

*“Eu pesco com 10 m de pano. O metro, hoje, custa R\$ 78,00. Se me tomarem esta rede, não vou ter como trabalhar mais, pois não vou arrumar dinheiro para comprar outra.*

*Sr. P. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

*“Hoje eu tenho medo de sair pra pescar. Já fui pego pescando, do jeito que meu avô já pescava, fui preso e obrigado a dormir na delegacia, com a roupa toda*

*molhada do trabalho no mar. A gente é tratado como criminoso, por viver da pesca artesanal.”*  
*Sr. C. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

O conflito de acesso a pesca entre pescadores artesanais e pescadores industriais, portanto, pode estar associado à seletividade da ação fiscalizatória. Entretanto, esta não é a única causa deste conflito. A questão central do mesmo está associada a disponibilidade do pescado. De acordo com os pescadores, os grandes barcos da pesca industrial chegam a passar 20 dias no mar, utilizando equipamentos para identificação de cardumes e tecnologias de pesca como parelhas, portas e cercos. O grande volume pescado na pesca industrial influencia diretamente na redução da disponibilidade de pesca ao pescador artesanal.

*“Enquanto com um barco como nosso, de boca aberta, conseguimos pegar no máximo de 30 a 40 kg de peixe, em um dia de trabalho, em duas horas um barco grande chega a pegar 350 a 400 kg de peixe. Ainda se eles ficassem só duas horas... mas ficam dias e dias no mar, pescando direto. Não sobra mais quase peixe nenhum pra nós”.*

*Sr. E. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

*“Um problema grande é a quantidade de peixe morto que esses barcos jogam no mar. Isso espanta os peixes. Outro dia pegaram 50 toneladas de peixe, e devolveram 15 toneladas pro mar. Aí leva uns 15 dias pra ter peixe por ali de novo”.*

*Sr. M. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

Outro problema que contribui para o conflito da pesca, segundo os pescadores, é a dificuldade em se obter o seguro-defeso. Este seguro envolve o recebimento de um salário durante o período de defeso, para o pescador. Para ter direito ao seguro, é preciso provar ser pescador. Porém, para tanto, segundo os pescadores, tem-se exigido, entre outros documentos, os mapas de bordo e a comprovação da existência de GPS e outros equipamentos náuticos. Como os pescadores artesanais em geral não dispõem destes equipamentos tem sido muito difícil acessar este recurso. Sem o seguro-defeso, muitos pescadores acabam buscando outras fontes de renda. De acordo com os pescadores, alguns acabam se transformando em “quinhoneiros” de barcos de pesca maiores, ou seja, trabalhando não mais como pescadores artesanais, mas como ajudantes de sistemas de pesca mais próximos a pesca industrial, recebendo parte (quinhão) do volume pescado. Assim, é possível que a regulamentação da atividade de pesca possa estar direcionando o pescador artesanal para o trabalho na pesca industrial.

*“Hoje, menos da metade do pessoal que tinha seguro-defeso ainda tem.”*

*Sr. A. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

Além dos elementos já citados, os pescadores artesanais identificam outra situação que pode vir a ameaçar a disponibilidade da pesca, de



acordo com as impressões dos mesmos. Recentemente, vem passando por processo de licenciamento ambiental o Projeto “Rebimar” (Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha), coordenado pelo Centro de Estudos do Mar (CEM/UFPR). O foco central deste Projeto é o lançamento de recifes artificiais no mar, para evitar a pesca de arrasto. Segundo os pescadores, não chegaram a ser promovidas audiências públicas e reuniões que deixassem claro que tais recifes, caso lançados no mar, não irão comprometer a pesca artesanal. Há uma preocupação dos pescadores em vir a perder as redes nestes recifes, inviabilizando a continuidade da pesca. Em Representações ao Ministério Público Federal de Paranaguá e a Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal, o MOPEAR (Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná) aponta vários elementos contraditórios ou inadequados no processo de licenciamento deste Projeto.

Em reunião promovida pelo Ministério Público Federal de Paranaguá, em 4 de março de 2010, para avaliar a efetividade da participação dos pescadores na discussão acerca do Projeto, o mesmo deliberou pela não retomada, por parte do empreendedor, da execução do Projeto, sobrestando todas as atividades de lançamento de recifes no mar, até que haja uma retomada das audiências públicas, com adequada participação e informação das comunidades afetadas. Este é, também, o posicionamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná.

Todos os elementos até aqui discutidos referem-se diretamente a ameaça à continuidade da pesca artesanal como atividade focal das comunidades da Ilha do Superagui, sentida pelos pescadores.

Foram relatados, entretanto, outros problemas, mais relacionados com a gestão do PARNA Superagui. A questão central destes problemas é a impossibilidade de acesso e uso do território do PARNA para práticas tradicionalmente realizadas. De acordo com os relatos, esta impossibilidade de acesso se refere ao impedimento das roças, da coleta de madeira para a construção de ranchos, estivas ou redes e da coleta de samambaia e “veludo”.

*“Quando criaram o Parque, empurraram os pescadores só pra pesca. Mas pescador também precisa de estiva pra pescar, e também come mandioca. E quando a gente vai pescar, é multado. Querem mesmo é que a gente morra...”*

*Sr. M. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

*“Antigamente, em época ruim de peixe, ou no inverno, sempre se tirava um pouco de samambaia e de veludo da ilha, pra vender. Era um trabalho que principalmente as mulheres faziam, e nunca estragou nada do mato. Hoje, com cada vez menos peixe, esse trabalho faz muita falta.”*

*Sr. O. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

*“Roça não é uma coisa que todo mundo fazia, mas sempre tinha. Quem fazia roça, as vezes trocava o que plantava por peixe, comia ou vendia”.*

*Sra M. (pescadora artesanal da Barra do Superagui).*

*“Quando tinha roça, tinha veado, tinha mico e tinha outros bichos, que vinham comer na roça. Hoje a gente não vê mais esses bichos.”*

*Sr C. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

*“Tem coisa que quem não vive da pesca parece que não sabe: que é que pescador não pesca com a mão. Ele precisa dum barco, duma estiva, duma rede. Tudo isso é feito de madeira. É pouca madeira, mas precisa. E pra cada coisa tem uma qualidade certa de madeira. Se a gente não tem barco, nem estiva, nem rede, não é pescador... a gente também precisa do mato pra ser pescador, e nunca estragou ele pra isso.”*

*Sr M. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

Aparentemente, de acordo com os relatos, os problemas e conflitos da atividade pesqueira propriamente dita refletem na proposição de práticas já não tão comuns como alternativas de renda ou subsistência, tais como a coleta de samambaia ou veludo, ou a ainda a produção de roças, que também faziam parte do modo de vida dos pescadores artesanais. Estas práticas, entretanto, não são permitidas no PARNA Superagui e, de acordo com os pescadores (ao serem perguntados), não existem Termos de Compromisso que possibilitem estas práticas.

A impossibilidade de retirada eventual de madeira da área do PARNA para as atividades de pesca também é verificada, segundo os relatos, quando se pretende reformar ou consertar uma casa ou um rancho. De acordo com os pescadores, não é possível cortar uma árvore para fazer uma escora ou arrumar uma varanda.

*“Esses dias veio um vendaval e derrubou minha varanda. Eu precisava de cortar um pau pra apoiar o telhado, senão vai cair tudo... mas não pode”.*

*Sr M. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

Associada a esta questão, os pescadores relatam que, para toda a construção, é necessário autorização do Instituto Chico Mendes, que

geralmente demora muito para ser concedida ou acaba não sendo liberada. Por vezes, segundo os pescadores, quando se faz alguma construção sem autorização, o pescador é multado (Anexo 7; Recurso Administrativo à autuação pelo ICMBio).

Além dos problemas relativos à pesca e ao acesso e uso do território do PARNA, foi relatado como um grande problema a falta de coleta de lixo na Ilha.

*Tem um lixão na própria ilha. Aqui tem COPEL, Brasil Telecom, IBAMA, ICMBio e ninguém dá um saco de lixo. Também ninguém leva o lixo embora. Isso o órgão ambiental deva ver.” Sr E. (pescador artesanal da Barra do Superagui).*

Grande parte dos problemas e conflitos aqui relatados foi sistematizada, de forma mais representativa e detalhada, no Projeto “Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Pescadores Artesanais da Vila do Superagui”.

## **2. Considerações Finais**

Conforme colocado na Introdução deste documento, este se constitui apenas em um relato das problemas e conflitos identificados por pescadores artesanais da Ilha do Superagui, em relação a questões concernentes aos seus meios de vida. Assim, procurou-se ser fiel, neste texto, à condição de relato, procurando não tecer críticas ou comentários, mas apenas descrevendo, de forma sucinta, os elementos colocados na reunião realizada, conforme eles foram citados.

Em que pese a provável legitimidade das questões aqui colocadas, é bem possível que a equipe de servidores do PARNA Superagui tenha desenvolvido estratégias de resolução destes problemas/conflitos, ou ainda que discorde da veracidade de alguns problemas colocados. É possível ainda que, para parte destes problemas, existam caminhos de solução já apontados, cuja informação não tenha chegado aos pescadores artesanais.

Assim, cremos que, a partir deste Relatório, é importante a construção de agendas de articulação entre a Coordenação do Macroprocesso de Gestão Socioambiental e o PARNA Superagui, buscando avaliar mais detalhadamente as questões aqui colocadas e articular, conjuntamente, estratégias cabíveis de resolução dos conflitos.

De qualquer forma, aparentemente e a título de sugestão (visto que o são a partir da observação pontual e externa), algumas questões poderiam contribuir nesta articulação, caso venham a ser consideradas adequadas: A avaliação da pertinência da construção de Termos de Compromisso entre os pescadores artesanais e o PARNA, visando possibilitar mecanismos de uso do território do Parque, com critérios de sustentabilidade (especialmente para manejo da samambaia, do veludo e de indivíduos de espécies madeiráveis para artes de pesca/pequenas construções) já que esta é uma prerrogativa legal necessária, de acordo com o SNUC, visando viabilizar a continuidade dos meios de vida de populações tradicionais em unidades de conservação de proteção integral que ainda não passaram por processo de regularização fundiária;

- Uma possível ampliação da articulação com a Força Verde, visando identificar gargalos do processo de fiscalização ambiental da pesca;
- Uma ampliação da discussão, informação e articulação relativas a elaboração e implementação de instrumentos legais relacionados a pesca artesanal, visando agregar, cada vez mais, as comunidades tradicionais da Ilha na participação comunitária neste processo;
- Caso venha a ser proposta a criação de uma RESEX marinha, conforme indicado no Anexo 8, avaliar a possível pertinência da proposição, com vistas a contribuir para o favorecimento da pesca artesanal, em detrimento da pesca industrial, na zona marinha do entorno do PARNA Superagui.

Campo Largo, 20 de maio de 2010.

Walter Steenbock

Analista Ambiental

FLONA Açungui